



ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
DO SISTEMA DE SAÚDE, IP

OTIMIZAR RECURSOS
GERAR EFICIÊNCIA



Relatório de monitorização trimestral de energia, água e resíduos

1.º Trimestre de 2017

Despacho n.º 4128/2017, de 3 de maio

Elaborado por:

Grupo de trabalho do PEBC & Eco.AP

28 de julho de 2017



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SAÚDE

WWW.ACSS.MIN-SAUDE.PT

ÍNDICE

1.	Sumário Executivo	4
2.	Introdução.....	6
3.	Enquadramento.....	6
4.	Metodologia	7
5.	Informação Recebida	9
5.1	Reporte de implementação de medidas	10
5.2	Reporte de consumos e custos	12
6.	Monitorização de medidas	16
6.1	Unidades Hospitalares.....	16
6.2	Agrupamentos de Centros de Saúde	17
6.3	Administração Central e Periférica.....	18
7.	Monitorização trimestral de consumos e custos	20
7.1	Unidades Hospitalares.....	20
7.1.1	Consumo de Energia Elétrica.....	20
7.1.2	Região de Saúde do Norte	20
7.1.3	Consumo de Gás	24
7.1.4	Consumo de Água.....	28
7.1.5	Produção de Resíduos.....	32
7.2	Agrupamentos de Centros de Saúde	36
7.2.1	Consumo de Energia Elétrica.....	36
7.2.2	Consumo de Gás	39
7.2.3	Consumo de Água.....	43
7.2.4	Produção de Resíduos.....	47
7.3	Administração Central e Periférica.....	51
7.3.1	Consumo de Energia Elétrica.....	51
7.3.2	Consumo de Gás	52
7.3.3	Consumo de Água.....	53
7.3.4	Produção de Resíduos.....	54

8.	Aferimento do Cumprimento de Metas	55
8.1	Aferição do cumprimento das metas de consumo	57
8.1.1	Unidades Hospitalares	57
8.1.1	Agrupamentos de Centros de Saúde	58
8.1.2	Administração Central e Periférica	60
8.2	Análise do Comportamento da Evolução das Grandezas Físicas vs Respetivos Custos	62
9.	Conclusões	64

1. Sumário Executivo

A Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS), procede à monitorização de consumos e custos com energia, água e produção de resíduos de todas as entidades do Ministério da Saúde (MS), desde 2011. O relatório, agora apresentado, refere-se ao primeiro trimestre (1.ºT) de 2017 e enquadra-se no Despacho n.º 4128/2017, de 3 de maio, de Sua Excelência, o Secretário de Estado da Saúde (SES) que, entre outros aspetos, determina a elaboração do Relatório de Monitorização Trimestral (RMT), a concluir até ao final do 90.º dia útil após o final de cada trimestre.

O RMT, recorde-se, contém os consumos e custos com energia elétrica, gás, água e produção de resíduos de entidades públicas do setor da saúde, bem como a monitorização relativa à implementação de medidas constantes no Guia de Boas Práticas para o Setor da Saúde, com vista ao fomento da eficiência energética, da eficiência hídrica e à redução da produção de resíduos. Este relatório inclui a informação organizada por tipologia das entidades públicas do setor da saúde, nomeadamente Unidades Hospitalares, Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) e Administração Central e Periférica (ACP). Na monitorização de consumos e custos respeitante às Unidades Hospitalares e Agrupamentos de Centros de Saúde, aglutinou-se a informação por Região de Saúde, resultando em cinco grupos: grupo I (Região de Saúde do Norte), grupo II (Região de Saúde do Centro), grupo III (Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo), grupo IV (Região de Saúde do Alentejo) e grupo V (Região de Saúde do Algarve).

Depois de, em 2016, a taxa de reporte de consumos e custos ter aumentado, de forma progressiva, ao longo dos trimestres, neste primeiro RMT de 2017, a mesma sofreu um ligeiro decréscimo de 2% face ao último trimestre de 2016. Sendo assim, no 1.º Trimestre de 2017, 76% das entidades reportaram os respetivos consumos de *utilities* e a respetiva produção de resíduos.

Devido ao não cumprimento, por parte de algumas entidades, dos prazos estabelecidos pelo Despacho n.º 4128/2017 para reporte da informação necessária à elaboração do RMT neste trimestre e, no que respeita a períodos anteriores, conforme discriminado no capítulo 5 deste relatório, não é possível realizar uma análise de consumo de eletricidade e água para todas as entidades. Assim, as conclusões do RMT relativo ao 1.º T de 2017 não incidem sobre o universo global das entidades do Ministério da Saúde.

No entanto, dada esta situação e o esforço dedicado por alguns dos Gestores Locais de Energia e Carbono (GLEC) no reporte de informação relativa ao trimestre em análise, foi decidido incluir uma breve análise comparativa entre o 1.º T de 2017 e o período homólogo de 2016.

Como indica o ponto 4 do Despacho n.º 4128/2017, durante o ano de 2017, deve continuar a ser utilizado para o reporte dos dados trimestrais o “Portal do PEBC & Eco.AP do Ministério da Saúde”. A utilização desta plataforma visa aumentar o nível de fiabilidade, a consistência da informação e de tornar o processo de reporte mais célere. Todas as entidades subordinadas funcionalmente às Administrações Regionais de Saúde, IP (ARS), bem como todas as entidades da Administração Central e Periférica do MS, reportaram os seus dados utilizando, exclusivamente, o portal do PEBC & Eco.AP, tal como estipulado no despacho SES.

Verifica-se ainda, no reporte de dados relativos ao consumo de água, gás e produção de resíduos, a existência de alguns valores incongruentes, que podem ter sido reportados incorretamente ou não submetidos na totalidade ou, ainda, serem resultado de alguma alteração ao paradigma de consumo que não nos foi reportada.

O Instituto de Proteção e Assistência na Doença (ADSE), entidade recém-incorporada na esfera do Ministério da Saúde, apenas iniciará o seu processo de reporte, via Portal do PEBC & Eco.AP, a partir do 2.ºT 2017, em virtude da necessidade de administração prévia de formação nesta plataforma. Os dados relativos ao trimestre em análise neste relatório poderão ser carregados, nessa altura, retroativamente.

2. Introdução

O presente relatório refere-se à monitorização trimestral relativa ao 1.ºT de 2017, da implementação de medidas constantes do Guia de Boas Práticas para o Setor da Saúde ou de outras do mesmo âmbito, assim como dos consumos de energia elétrica, gás, água e de produção de resíduos de todas as entidades do MS, conforme definido no Despacho n.º 4128/2017, de 3 de maio, de Sua Excelência, o Secretário de Estado da Saúde.

3. Enquadramento

Ao nível do MS, a definição da estratégia de implementação do Plano Estratégico do Baixo Carbono (PEBC) e do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (Eco.AP) está a ser coordenada pela ACSS em articulação com as Administrações Regionais de Saúde (ARS), tendo por base a legislação europeia e nacional (Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de novembro, Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2011, de 12 de janeiro e Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril), assim como orientações estabelecidas em despachos de Suas Excelências, os Secretários de Estado da Saúde (Despacho n.º 1729/2011, de 21 de janeiro, Despacho n.º 8662/2012, de 21 de junho, Despacho n.º 4860/2013, de 9 de abril, Despacho n.º 8264/2014, de 18 de junho, Despacho n.º 6749/2015, de 16 de junho, Despacho n.º 6064/2016, de 6 de maio e Despacho n.º 4128/2017, de 3 de maio).

Os principais objetivos da implementação do PEBC & Eco.AP, no setor da saúde, são o aumento da eficiência nos consumos de energia, água e na produção de resíduos dos edifícios do setor público da saúde e a redução das emissões de gases com efeito de estufa, através de medidas que resultem simultaneamente em benefícios económicos e na melhoria da prestação de serviço.

O Despacho n.º 4128/2017, de 3 de maio, define a monitorização trimestral da implementação das medidas constantes do Guia de Boas Práticas para o Sector da Saúde, ou de outras do mesmo âmbito, assim como dos consumos e dos custos com energia elétrica, gás, água e produção de resíduos para todas as entidades do MS, impondo as seguintes metas de redução para 2017, relativamente ao exercício de 2011:

- Consumos de eletricidade e gás: -20%;
- Consumos com água: -14%;
- Produção de resíduos: -14%.

4. Metodologia

No processo de monitorização trimestral, os Gestores Locais de Energia e Carbono (GLEC) de todas as entidades do MS enviam para a ACSS, via portal do PEBC & Eco.AP, a informação relacionada com os consumos e custos com energia, água e produção de resíduos do trimestre em causa, assim como as medidas implementadas.

Eventuais alterações construtivas nas edificações, que se traduzam numa modificação de paradigma de consumos de energia elétrica, gás, água ou da produção de resíduos desde a data do referencial da *baseline* (2011 ou 2012), devem ser comunicadas respeitando o mecanismo de transmissão de dados em toda a cadeia de GLEC, até ao nível funcional da ACSS, sendo cada situação analisada individualmente, com vista à eventual repercussão dessa situação nas observações realizadas nas diferentes tabelas apresentadas nos RMT.

A informação recebida pela ACSS é, no caso das unidades do SNS, previamente validada e submetida pelos respetivos GLEC das regiões de saúde e, no caso das restantes entidades da Administração Central e Periférica do MS, remetida diretamente para o GLEC da ACSS.

A informação recebida é agregada pela ACSS numa única base de dados e posteriormente processada, por forma a possibilitar a produção da informação de monitorização trimestral.

A análise realizada em todas as tabelas do capítulo 7 é equivalente, independentemente do tipo de entidade, seja unidade hospitalar, agrupamento de centros de saúde ou outra entidade do MS. Esta monitorização trimestral permite realizar o balanço dos valores totais deste ano, relativamente aos anos de referência 2011 (consumo de energia elétrica e água) e 2012 (consumo de gás e produção de resíduos), e ao 1.º T de 2016 (trimestre homólogo do ano transato).

Esta discrepância, no que toca ao ano de referência, surgiu devido a problemas no reporte da informação em 2011. Relativamente ao consumo de gás, o reporte dos dados era feito usando uma unidade diferente (m³) da solicitada pela equipa do PEBC & Eco.AP (kWh). Dada a complexidade da conversão de m³ para kWh decidiu-se tomar como referência os valores de consumo de gás de 2012, valores esses já em kWh. Quanto à produção de resíduos, existiu uma ausência total de reporte no ano de 2011 para este parâmetro em análise, pelo que o ano de referência teve, obrigatoriamente, de ser 2012. Já no que concerne ao consumo de energia elétrica e água, não existiu qualquer constrangimento no reporte da informação para 2011, permitindo-se assim aferir quanto ao cumprimento das metas preconizadas no Despacho SES. Ressalve-se, contudo, que estas limitações verificadas no reporte da informação relativa ao consumo de gás e à produção de resíduos não se verificaram nas entidades da Administração Central e Periférica, pelo que aí é possível aferir quanto ao cumprimento das metas do Despacho SES, para o consumo de todas as *utilities* e produção de resíduos.

O consumo acumulado face a 2011 (energia elétrica e água) e os valores acumulados face a 2012 (consumo de gás e produção de resíduos) são calculados tendo em conta o consumo/produção de todos os trimestres do ano de 2017. Pretende-se, com esta análise, aferir quanto ao cumprimento das metas definidas no despacho SES para 2017, usando-se o sistema de semáforos. No entanto, não estando disponível a informação do consumo/produção de 2011 ou do trimestre decorrido de 2017, não é possível realizar esta análise. Esse facto é assinalado nas tabelas referentes aos consumos e custos com “a)”. Essa informação será, contudo, e caso seja entretanto submetida, contemplada no *ranking* relativo ao ano de 2017, que incidirá sobre as entidades hospitalares e, também, no Portal do SNS, no perfil das entidades onde, a pedido do Gabinete de Sua Excelência, o Ministro da Saúde, serão disponibilizados os dados do ano em causa, no que concerne ao consumo das *utilities* (energia elétrica, gás e água) e da produção de resíduos.

Uma vez que os consumos de energia elétrica, gás e água dependem, essencialmente, das condições climáticas do trimestre em causa (a envolvente climática condiciona fortemente o regime de funcionamento dos sistemas e equipamentos de AVAC, sendo estes responsáveis por cerca de 60% a 70% do consumo de energia elétrica numa moderna unidade hospitalar), faz-se uma comparação entre o 1.º T de 2017 e o 1.º T de 2016. Deste modo, sempre que não seja possível aferir o cumprimento das metas para 2017, é possível comparar o consumo/produção trimestral com o período homólogo no ano anterior, o que permite ter uma noção se existe uma evolução positiva ou negativa dos consumos ou da produção de resíduos.

Importa referir que no PEBC & Eco.AP, em primeira instância, e fazendo jus aos objetivos deste Programa, são alvo de controlo relativamente às metas preconizadas nos despachos SES, o consumo de energia elétrica, gás, água e a produção de resíduos, que traduzem na íntegra a evolução da eficiência energética, hídrica e na produção de resíduos nas entidades do MS. Um controlo da eficiente utilização de recursos que se baseasse exclusivamente no acompanhamento dos custos com *utilities* e produção de resíduos, revelar-se-ia deficitário, e não totalmente consentâneo com os objetivos do PEBC & Eco.AP no MS, dado as variações nas componentes fixas do tarifário e/ou alterações no enquadramento tributário (IVA e outros parâmetros de tributação fiscal) desvirtuarem a tradução fidedigna da realidade das entidades do MS, no que toca à eficiência energética, hídrica e de mitigação da produção de resíduos.

5. Informação Recebida

O processo de monitorização trimestral propõe-se a acompanhar a implementação de medidas de eficiência energética, hídrica e de redução da produção de resíduos, bem como os consumos e custos com energia, água e produção de resíduos de 119 entidades do MS, das quais 54 pertencem aos Cuidados de Saúde Primários, 50 aos Cuidados Hospitalares e 15 à Administração Central e Periférica.

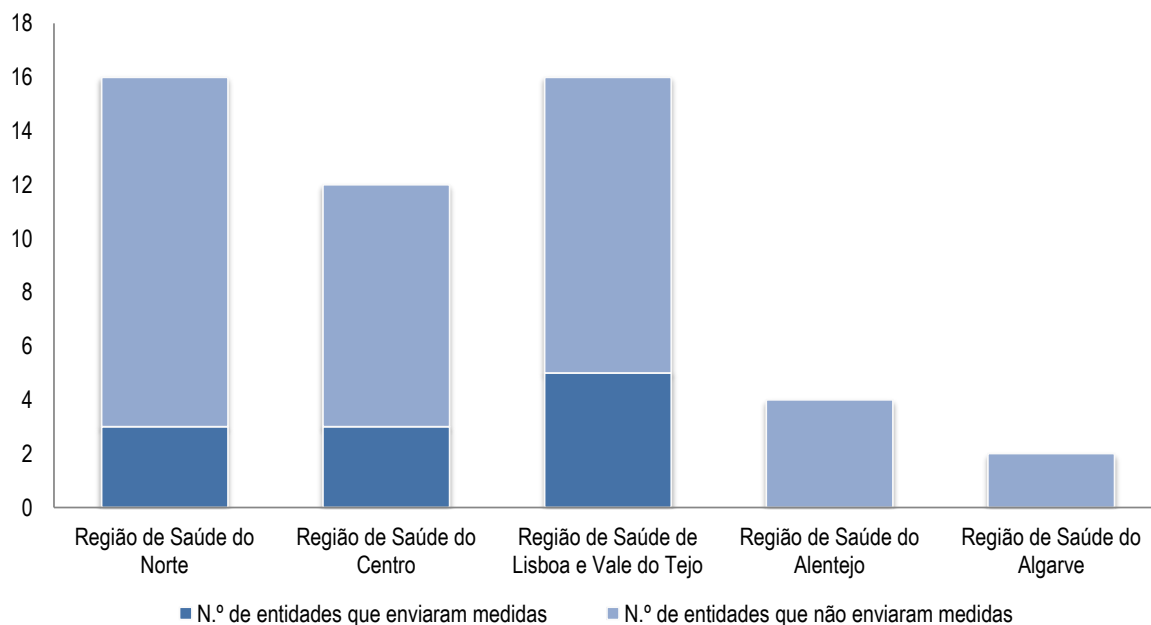
Neste período, os principais problemas sentidos pela equipa de trabalho do PEBC & Eco.AP da ACSS foram os seguintes:

- O prazo limite de submissão da informação à ACSS não foi, regra geral, cumprido;
- As ARS Norte, ARS Centro, ARS LVT e ARS Alentejo não submeteram os dados relativos a todas as instituições;
- Existem dados que, dada a sensibilidade técnica, se conjectura não estarem corretos, apesar de estarem validados e submetidos pelo GLEC da respetiva entidade e, no caso das unidades de saúde, também pelo GLEC da respetiva região de saúde. No entanto, alguns casos poderão ser resultado de mudança de paradigma de consumo que não nos foi reportada.

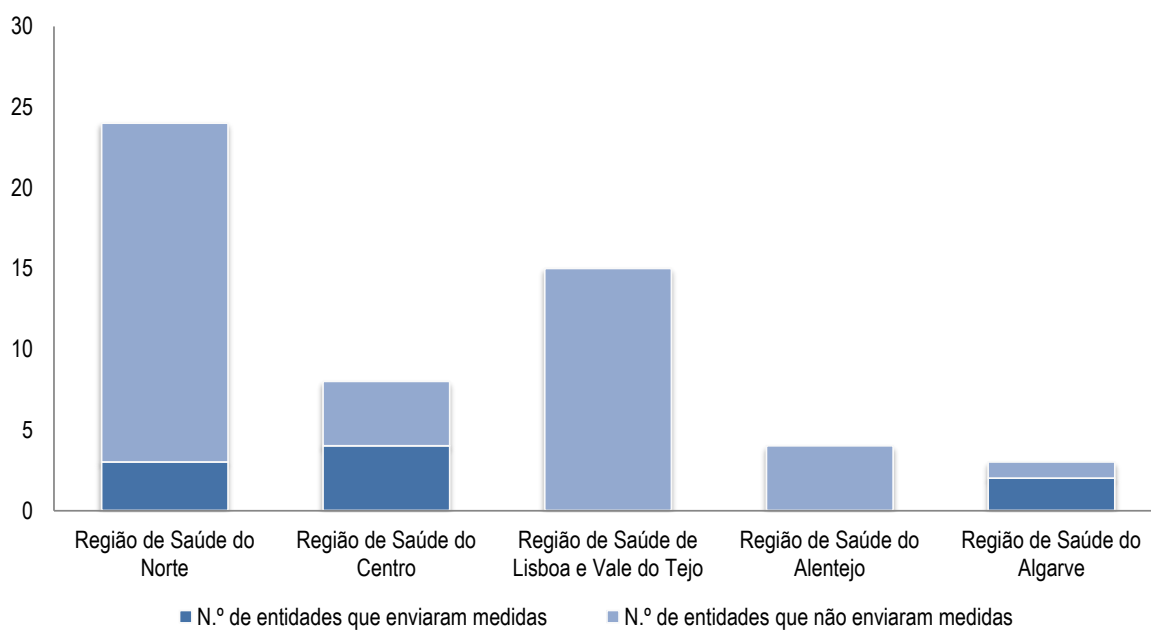
5.1 Reporte de implementação de medidas

Apresenta-se, de seguida, a representação gráfica sobre a informação relativa à monitorização de medidas reportadas, por região de saúde e tipologia de entidade, relativamente ao 1.º T de 2017.

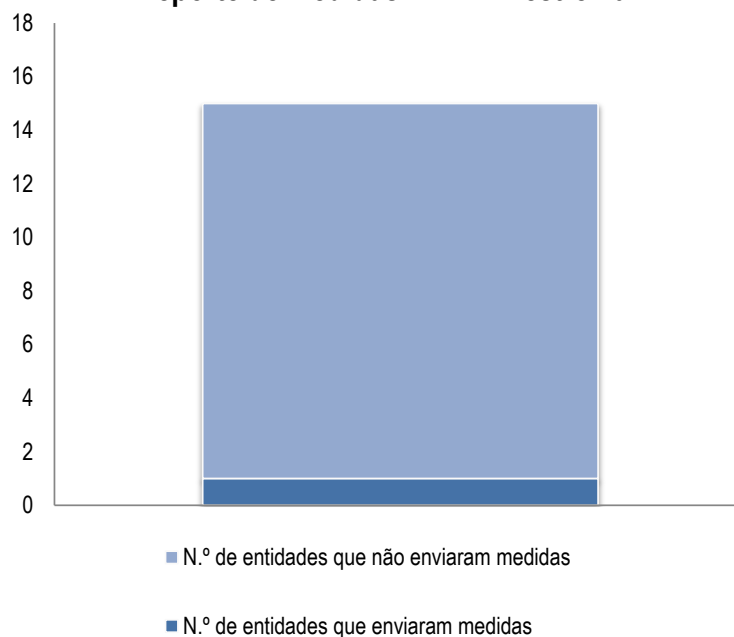
Unidades hospitalares
Reporte de medidas - 1.º Trimestre 2017



Agrupamentos de Centros de Saúde
Reporte de medidas - 1.º Trimestre 2017

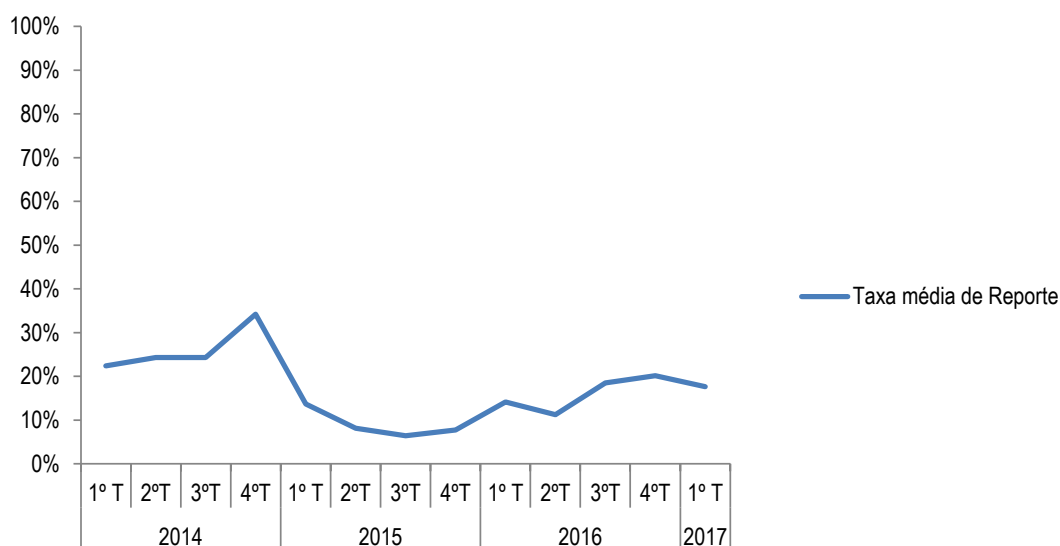


Entidades da ADM Central Reporte de medidas - 1.º Trimestre 2017

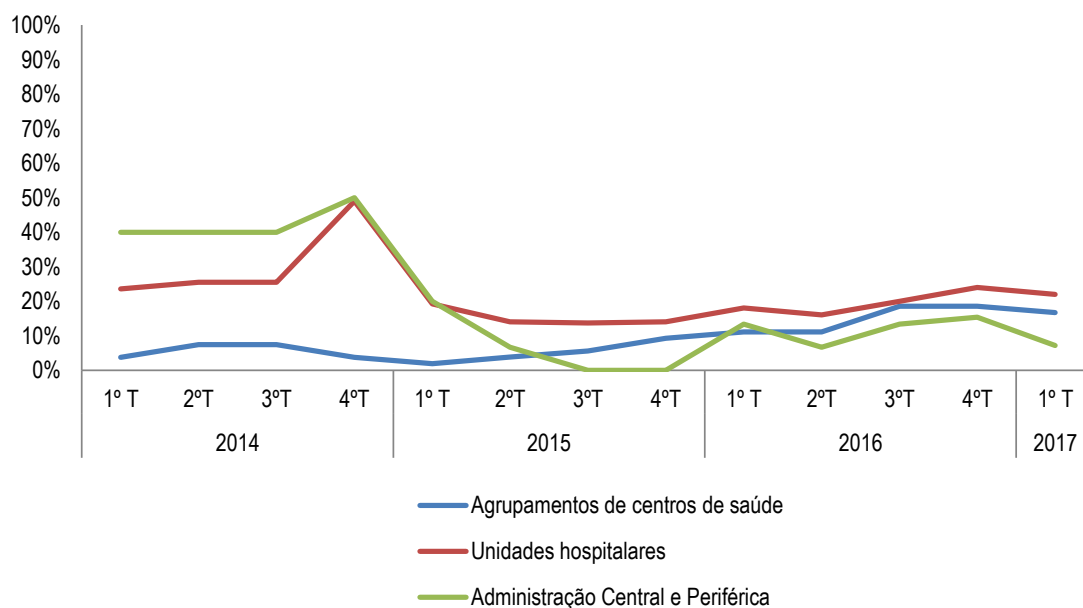


A taxa média de reporte no 1.º T de 2017 situa-se nos 18%, sendo que, a maioria destas medidas, foram implementadas por Entidades Hospitalares e Agrupamentos de Centros de Saúde. Esta taxa sofreu um decréscimo de 2% face ao último trimestre de 2016.

Reporte de implementação de medidas



Taxa de reporte de implementação de medidas

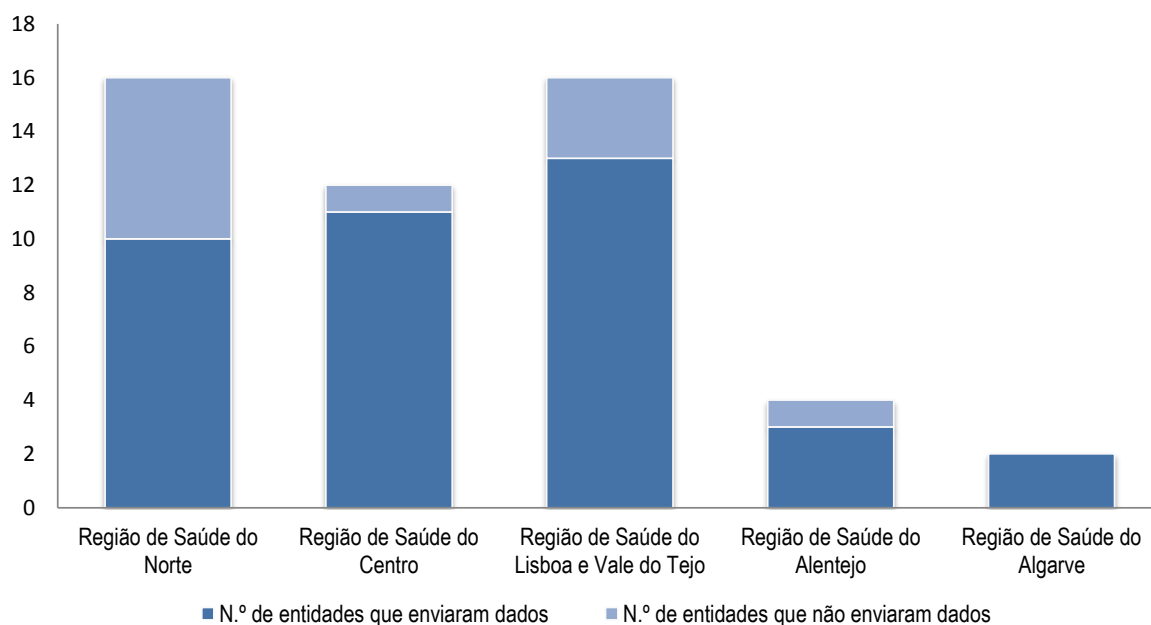


Por último, importa referir que as baixas taxas de reporte de implementação de medidas não têm, necessariamente, um carácter negativo. Tal poderá justificar-se pela eventualidade de a entidade ter já reportado, no passado, a implementação de medidas de boas práticas e, portanto, não haver necessidade de as reportar novamente. Importa ressaltar, contudo, e tendo como base relatórios transatos, que existe a possibilidade que as entidades possam ter implementado medidas sem as reportar, impossibilitando, assim, a sua contabilização neste relatório.

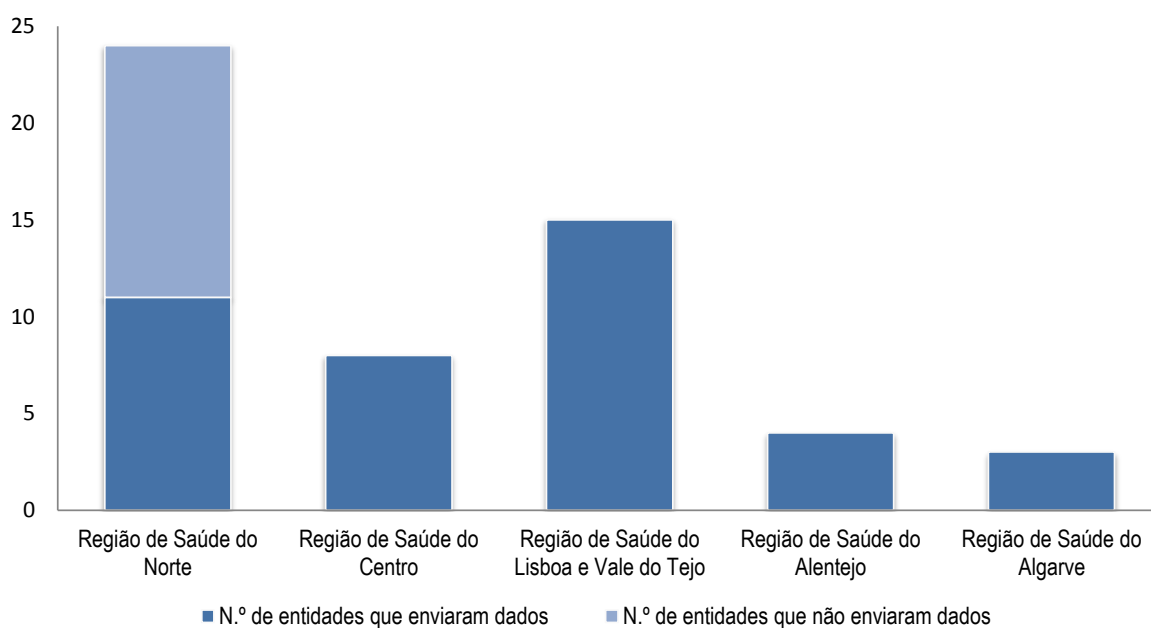
5.2 Reporte de consumos e custos

Apresenta-se, de seguida, a representação gráfica sobre a informação recebida relativa aos consumos e custos, por região de saúde e tipologia de entidade, relativamente ao 1.º T de 2017:

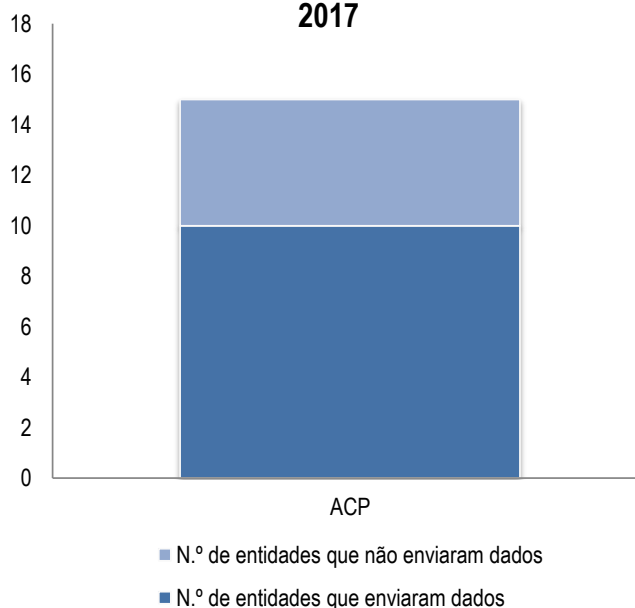
Unidades Hospitalares Reporte de consumos e custos - 1.º Trimestre 2017



Agrupamentos de Centros de Saúde Reporte de consumos e custos - 1.º Trimestre 2017

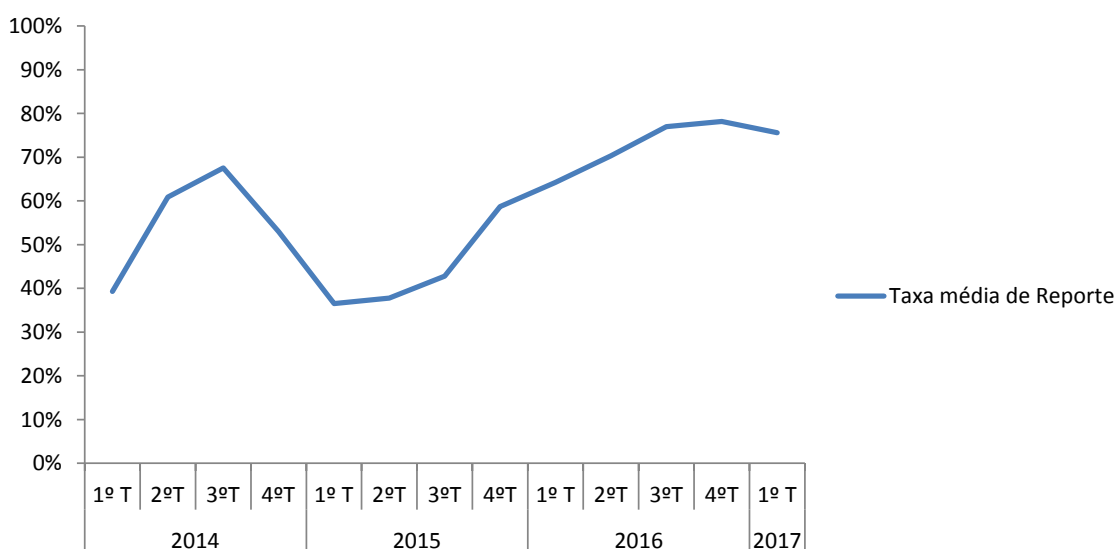


Entidades da Administração Central e Periférica Reporte de consumos e custos - 1.º Trimestre 2017

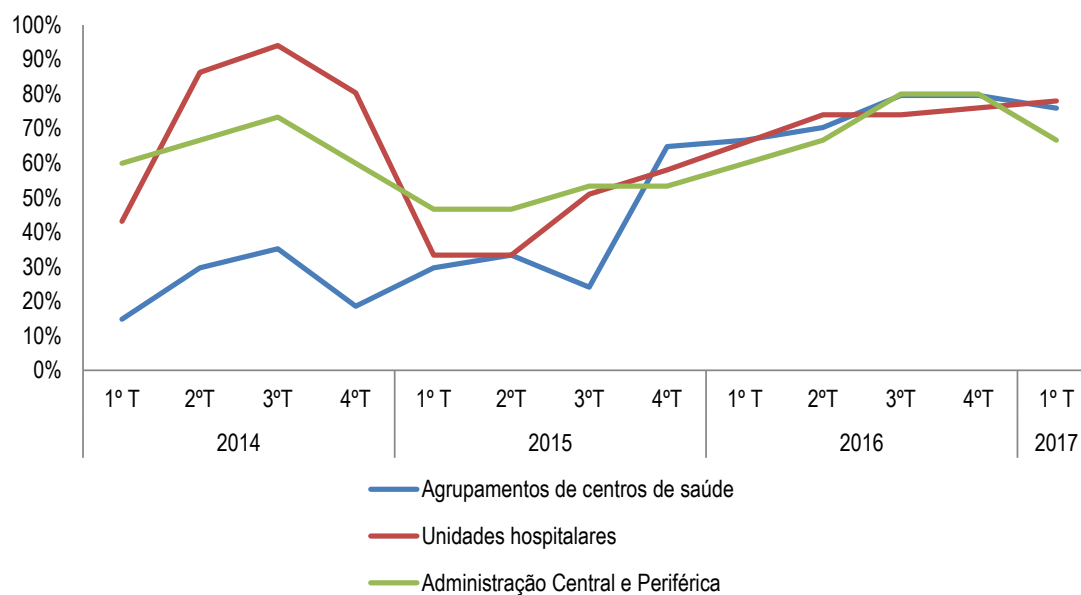


A taxa de reporte de dados de consumos e custos foi sempre superior à taxa de reporte das medidas implementadas. A taxa média de reporte no 1.º T de 2017 situa-se nos 76%, um valor ligeiramente inferior ao verificado no trimestre anterior. Por tipologia, as entidades apresentam uma taxa de reporte de 76% para ACES, 78% para as Unidades Hospitalares e 67% para a Administração Central e Periférica.

Reporte de consumos e custos



Taxa de reporte de consumos e custos



Como se pode constatar através da análise dos elementos anteriormente expostos, o maior potencial de evolução coincide com o incremento no reporte das entidades da responsabilidade funcional da ARS Norte, pelo que foram encetadas medidas, pela equipa do PEBC & Eco.AP da ACSS, junto desta Região de Saúde, no sentido de fomentar a respetiva taxa de reporte, por parte das entidades em incumprimento, neste particular.

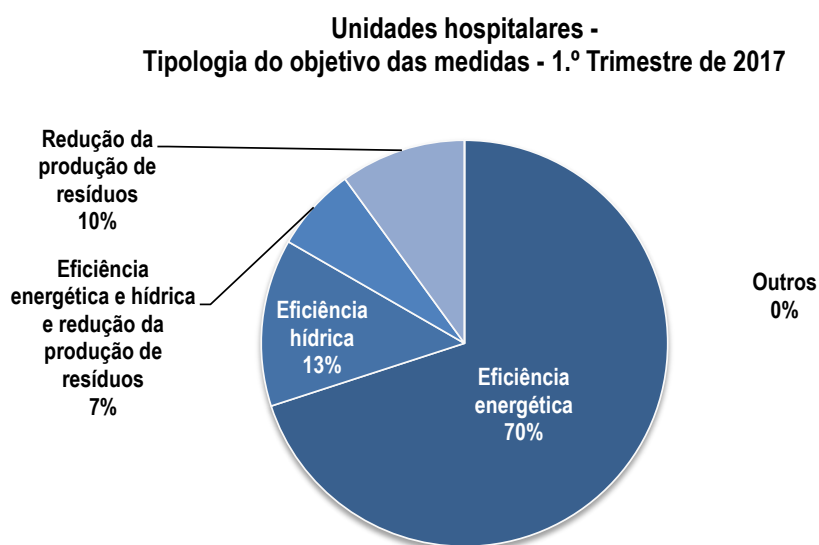
6. Monitorização de medidas

Uma das formas de fomentar a eficiência na utilização dos diferentes recursos, sem cariz de exclusividade, é através de uma série de procedimentos e ações, discriminadas no “Guia de Boas Práticas para o Setor da Saúde”.

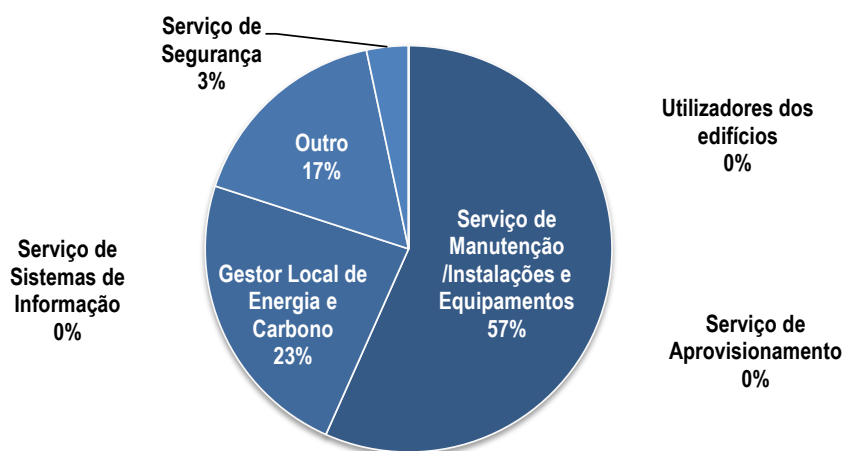
A monitorização apresentada neste capítulo permite aferir o esforço das entidades do MS no sentido de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e aumentar a eficiência nos consumos de energia, de água e na redução da produção de resíduos dos edifícios do sector público da saúde, ao longo do 1.º T de 2017. O reporte das medidas implementadas ou em curso nesse trimestre, no “Portal PEBC & Eco.AP”, é feito nos campos referentes a cada entidade.

De seguida, apresenta-se a análise quantitativa das medidas reportadas ao longo do 1.º T de 2017, em termos de tipologia, do objetivo das medidas, e do responsável pela respetiva implementação nas diversas entidades.

6.1 Unidades Hospitalares



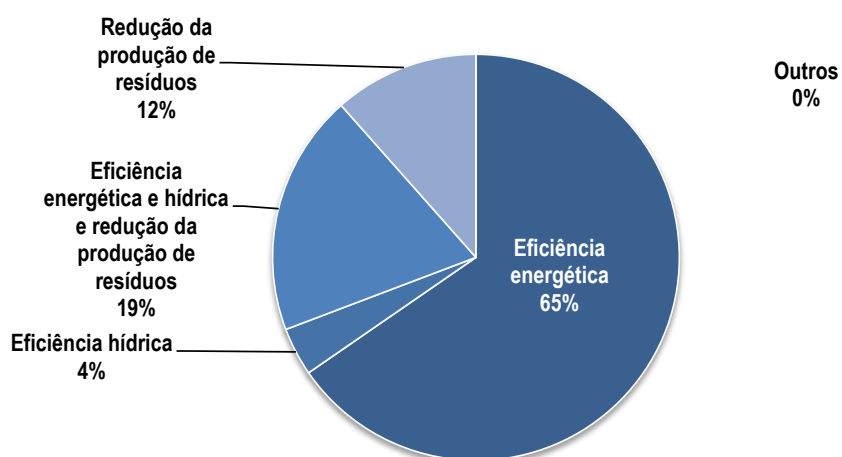
**Unidades hospitalares -
Responsável pela implementação das medidas - 1.º Trimestre de 2017**



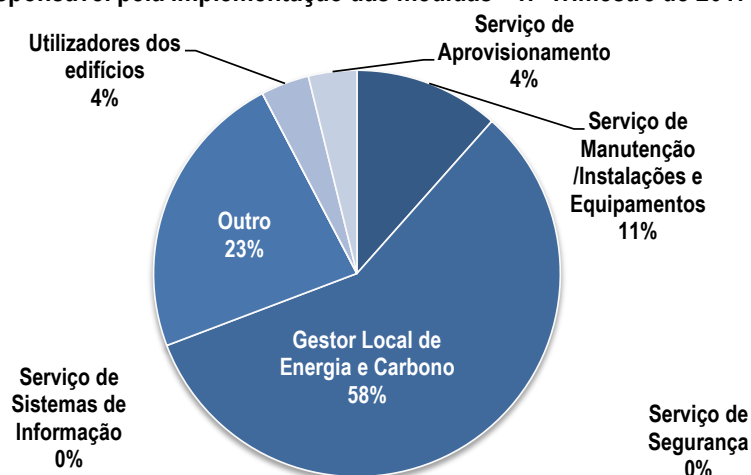
Da análise dos gráficos, conclui-se que as medidas implementadas neste trimestre, nas entidades hospitalares, foram, na sua maioria, relativas à eficiência energética, tendo sido executadas, quase exclusivamente (80%), pelo serviço de manutenção/instalações e equipamentos e pelos GLEC. Constatase também, a ausência de medidas que sejam da responsabilidade do serviço de aprovisionamento, do serviço de sistemas de informação e utilizadores dos edifícios.

6.2 Agrupamentos de Centros de Saúde

**Cuidados de Saúde Primários -
Tipologia do objetivo das medidas - 1.º Trimestre de 2017**



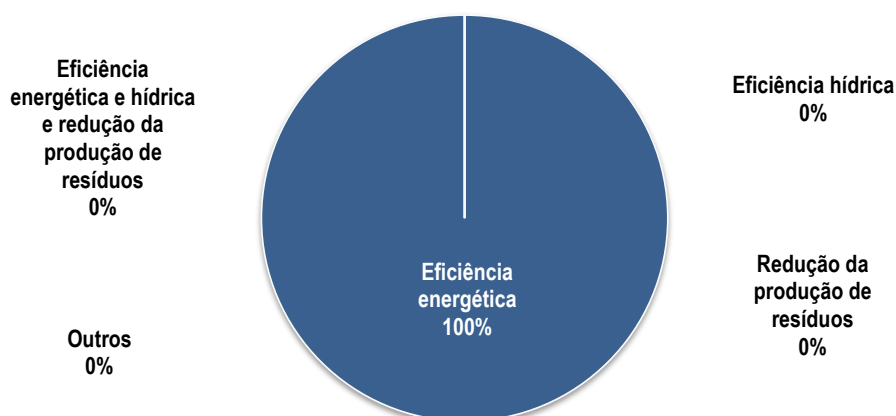
**Cuidados de Saúde Primários -
Responsável pela implementação das medidas - 1.º Trimestre de 2017**



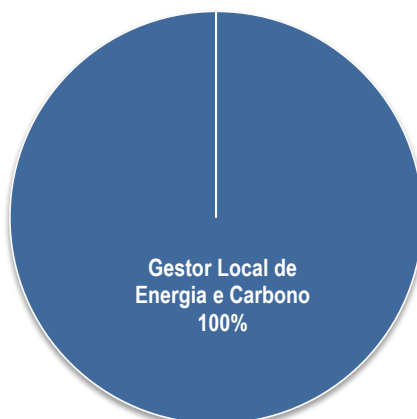
Da análise dos gráficos, verifica-se que as medidas implementadas neste trimestre, nos cuidados de saúde primários, também foram, na sua maioria, relativas à eficiência energética. Os responsáveis pela aplicação dessas medidas foram, predominantemente, os respetivos GLEC, sendo que o serviço de manutenção/instalações e equipamentos, o serviço de aprovisionamento e os próprios utilizadores dos edifícios completam este quadro. Constata-se, também, a ausência de medidas que sejam da responsabilidade do serviço de segurança e do serviço de sistemas de informação.

6.3 Administração Central e Periférica

**Administração Central e Periférica -
Tipologia do objetivo das medidas - 1.º Trimestre de 2017**



**Administração Central e Periférica -
Responsável pela implementação das medidas - 1.º Trimestre de 2017**



Da análise dos gráficos, verifica-se que as medidas implementadas neste trimestre, na Administração Central e Periférica, foram relativas à eficiência energética. Os responsáveis pela aplicação dessas medidas foram os respetivos GLEC.

7. Monitorização trimestral de consumos e custos

A apresentação da informação de monitorização assenta na identificação das entidades que superam as metas de redução de consumos determinadas pelo Despacho n.º 4128/2017, de 3 de maio. Desta forma e, para efeitos desta análise, considera-se que são superadas as metas deste Despacho quando uma entidade atinge uma poupança igual ou superior à definida neste diploma legal, relativamente a **80%** do consumo verificado no ano de 2011, para energia elétrica e gás, e **86%** para consumo de água e produção de resíduos.

Para melhor identificação das entidades que superam as metas do Despacho SES, é utilizado um sistema de três semáforos:

- Entidade que supera as metas do despacho
- Entidade com um consumo acumulado inferior ao consumo do ano de 2011, mas que não cumpre com as metas do despacho
- Entidade com um consumo acumulado igual ou superior ao consumo do ano de 2011

7.1 Unidades Hospitalares

7.1.1 Consumo de Energia Elétrica

Relativamente aos hospitais construídos fruto de Parcerias Público-Privadas (PPP), ressalva-se que os valores de consumo de água no ano de referência poderão não corresponder aos valores de consumo dos hospitais em pleno funcionamento, nas suas configurações atuais, dado que, no caso do Hospital de Braga, este só foi inaugurado em maio de 2011 e no caso do Hospital Vila Franca de Xira, cuja inauguração ocorreu em 3 de abril de 2013, os consumos poderão referir-se à unidade hospitalar que antecedeu o referido hospital, tendo sido substituído por este.

7.1.2 Região de Saúde do Norte

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%	
I. Região de Saúde do Norte						
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	9.905.337,00	2.521.225,07	1.631.968,35	65%	66%	●
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	10.745.434,33	2.571.251,43	2.506.845,16	97%	93%	●
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães	5.597.179,00	1.415.375,71	1.327.644,26	94%	95%	●
Hospital Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	1.657.675,00	0,00	401.891,03	--	97%	●
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	4.921.446,00	963,80	1.226.108,26	127217%	100%	●
Instituto Português Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE	12.007.345,00	3.010.139,68	3.107.751,08	103%	104%	●
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE	7.235.619,00	2.056.907,78	2.008.384,55	98%	111%	●
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	3.754.240,01	1.184.254,94	1.202.457,22	102%	128%	●
Centro Hospitalar do Porto, EPE	14.457.529,00	0,00	5.014.965,17	--	139%	●
Hospitais da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	3.750.020,00	0,00	1.439.348,00	--	154%	●
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim Vila do Conde, EPE	1.499.508,00	0,00	0,00	--	--	a)
Centro Hospitalar de São João, EPE	32.019.816,00	0,00	0,00	--	--	a)
Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE	6.081.443,00	0,00	0,00	--	--	a)
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	3.930.042,00	0,00	0,00	--	--	a)
Hospital de Braga (PPP)	8.218.732,00	0,00	0,00	--	--	a)
Hospital de Magalhães Lemos, EPE	2.269.175,00	0,00	0,00	--	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Uma entidade cumpre as metas preconizadas no despacho;
- Uma entidade manteve, aproximadamente, o mesmo valor de consumo de energia elétrica não cumprindo, assim, as metas preconizadas no despacho;
- Três entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho, apresentando, contudo, um consumo de energia elétrica inferior ao do ano de referência;
- Cinco entidades não cumprem as metas definidas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Quatro entidades registam uma redução nos consumos de energia elétrica;
- Três entidades ostentam um aumento nos consumos de energia elétrica, embora uma destas apresente uma variação de consumo, que pela sua ordem de grandeza, se conjectura não estar correta.

7.1.2.1 Região de Saúde do Centro

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
II. Região de Saúde do Centro					
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	848.679,38	149.686,00	157.829,00	105%	74% 
Hospitais da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	3.369.634,00	850.584,58	709.935,00	83%	84% 
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	7.057.852,00	1.605.436,56	1.489.925,82	93%	84% 
Hospital Distrital Figueira da Foz, EPE	2.221.144,00	502.746,53	490.881,00	98%	88% 
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	1.910.005,00	429.270,75	440.989,35	103%	92% 
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE	11.836.909,00	2.948.627,62	2.898.968,19	98%	98% 
Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar	653.712,00	157.732,64	160.457,17	102%	98% 
Centro Hospitalar de Leiria, EPE	7.211.467,26	1.878.475,45	1.814.585,08	97%	101% 
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	22.109.481,00	8.985.043,29	5.734.607,10	64%	104% 
Instituto Português Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, EPE	3.996.866,00	1.117.108,00	1.118.248,00	100%	112% 
Hospitais da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	0,00	1.634.465,45	302.686,68	19%	-- a) 
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE	5.062.158,00	1.018.265,01	0,00	--	-- a) 

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Uma entidade cumpre as metas preconizadas no despacho;
- Seis entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho apresentando, contudo, um consumo de energia elétrica inferior ao do ano de referência;
- Três entidades não cumprem as metas definidas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Sete entidades registam uma redução dos valores de consumo energia elétrica, sendo que uma destas ostente uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação, podendo tal resultar de faturas não submetidas no portal;
- Uma entidade manteve, aproximadamente, o mesmo valor de consumo de energia elétrica;
- Três entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de energia elétrica.

7.1.2.2 Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo					
Centro Hospitalar do Oeste	6.590.216,00	0,00	1.113.403,15	--	68% ●
Hospital Garcia de Orta, EPE	8.978.700,00	0,00	1.570.870,00	--	70% ●
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	14.215.430,00	3.399.024,55	3.097.735,16	91%	87% ●
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	5.151.867,17	1.192.355,01	1.227.711,05	103%	95% ●
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	6.760.718,00	1.682.953,96	1.629.651,98	97%	96% ●
Instituto Português Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	7.876.116,00	2.089.967,34	1.932.198,00	92%	98% ●
Hospital Dr. José de Almeida - Cascais (PPP)	7.304.503,00	1.737.802,00	1.798.285,00	103%	98% ●
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	26.774.669,00	7.141.292,54	6.892.279,74	97%	103% ●
Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE	23.208.717,03	6.082.641,01	6.021.669,82	99%	104% ●
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	1.634.436,00	498.432,45	460.036,33	92%	113% ●
Hospital Distrital de Santarém, EPE	4.603.418,00	1.329.437,00	1.328.614,75	100%	115% ●
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	0,00	166.954,40	189.636,15	114%	-- a)
Hospital Beatriz Ângelo - Loures (PPP)	0,00	437.572,87	2.875.847,52	657%	-- a)
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	10.848.674,00	0,00	0,00	--	-- a)
Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE	8.637.497,18	0,00	0,00	--	-- a)
Hospital de Vila Franca de Xira (PPP)	1.905.081,00	0,00	0,00	--	-- a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Duas entidades cumprem as metas preconizadas no despacho;
- Cinco entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho apresentando, contudo, consumos de energia elétrica inferiores aos do ano de referência;
- Quatro entidades não cumprem as metas definidas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Seis entidades registam uma redução dos valores de consumo energia elétrica;
- Uma entidade manteve, aproximadamente, os mesmos valores de consumo de energia elétrica;

- Quatro entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de energia elétrica, embora uma destas apresente uma variação de consumo que, pela sua ordem de grandeza, se conjectura não estar correto.

7.1.2.3 Região de Saúde do Alentejo

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
IV. Região de Saúde do Alentejo					
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	4.565.172,00	0,00	743.477,83	--	65% 
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	4.315.675,00	0,00	1.027.783,67	--	95% 
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	3.612.723,00	0,00	945.004,74	--	105% 
Hospital Espírito Santo, EPE	6.087.577,00	0,00	0,00	--	-- a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Uma entidade cumpre as metas preconizadas no despacho;
- Uma entidade não cumpre as metas estabelecidas no despacho, apresentando, contudo, um consumo de energia elétrica inferior ao do ano de referência;
- Uma entidade não cumpre as metas definidas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, nenhuma entidade reuniu condições para análise devido a falta de informação reportada referente ao 1.º T de 2016.

7.1.2.4 Região de Saúde do Algarve

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
V. Região de Saúde do Algarve					
Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul - São Brás de Alportel	890.716,00	195.155,00	197.017,39	101%	88% 
Centro Hospitalar do Algarve, EPE	11.782.097,00	1.851.726,47	3.075.853,88	166%	104% 

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se que:

- Uma entidade não cumpre as metas estabelecidas no despacho, apresentando contudo um consumo de energia elétrica inferior ao do ano de referência;
- Uma entidade não cumpre as metas definidas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se que todas as entidades evidenciaram um aumento nos consumos de energia elétrica.

7.1.3 Consumo de Gás

Relativamente aos consumos de gás, pelo facto da informação relativa ao ano de 2011 ter sido recebida em m³, não será possível efetuar uma comparação com esse ano, visto que os consumos referentes aos anos subsequentes estarem em kWh. Desta forma, procede-se a uma comparação com o ano de 2012, não sendo possível concluir se, efetivamente, as entidades estão a cumprir as metas do Despacho SES.

7.1.3.1 Região de Saúde do Norte

Monitorização dos Consumos de Gás	Consumo de Gás 2012	Consumo de Gás 1ºT 2016	Consumo de Gás 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
I. Região de Saúde do Norte					
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	27.775.086,76	5.934.076,65	5.272.125,48	89%	76%
Hospital Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	2.051.726,00	0,00	595.370,27	--	116%
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães	1.261.887,37	237.890,53	400.418,82	168%	127%
Instituto Português Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE	12.894.971,00	4.160.178,00	4.170.687,00	100%	129%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	14.364.641,00	0,00	5.276.237,72	--	147%
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE	8.418.278,00	3.774.876,00	3.561.287,00	94%	169%
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	9.441.467,00	879.238,85	4.352.032,45	495%	184%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	9.309.425,00	3.171.356,00	5.513.489,67	174%	237%
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	770.989,00	2.746.669,62	2.929.506,10	107%	1520%
Centro Hospitalar de São João, EPE	14.489.862,53	0,00	0,00	--	a)
Hospitais da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	37.106.067,00	0,00	0,00	--	a)
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim Vila do Conde, EPE	912.565,00	0,00	0,00	--	a)
Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE	7.537.960,40	0,00	0,00	--	a)
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	4.213.242,00	0,00	0,00	--	a)
Hospital de Magalhães Lemos, EPE	2.767.824,00	0,00	0,00	--	a)
Hospital de Braga (PPP)	14.839.966,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de consumo acumulado

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Uma entidade evidencia uma diminuição dos valores de consumo de gás;
- Oito entidades registam um aumento dos valores de consumo de gás, embora em duas destas, as ordens de grandeza dos valores (237% e 1520%) indiquem uma incongruência no processo de reporte da informação ou alguma situação anómala que não nos foi reportada.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Duas entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de gás;
- Uma entidade manteve, aproximadamente, os valores de consumo de gás;

- Quatro entidades registam um aumento dos valores de consumo de gás, sendo que, num caso, a entidade ostente uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada

7.1.3.2 Região de Saúde do Centro

Monitorização dos Consumos de Gás	Consumo de Gás 2012	Consumo de Gás 1º T 2016	Consumo de Gás 1º T 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
II. Região de Saúde do Centro					
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	1.037.919,00	373.581,00	407,76	0,1%	0,2%
Centro Hospitalar de Leiria, EPE	38.779.818,92	537.045,12	633.609,02	118%	7%
Hospitais da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	3.674.413,04	0,00	641.728,32	--	70%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE	15.640.270,25	2.740.588,00	3.792.415,81	138%	97%
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	2.097.190,76	752.523,75	524.658,89	70%	100%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	40.851.274,00	0,00	11.944.401,19	--	117%
Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar	897.373,00	273.465,24	267.410,00	98%	119%
Hospitais da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	7.575.698,00	3.788.219,00	2.617.753,51	69%	138%
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	9.665.354,00	3.744.141,54	3.534.410,73	94%	146%
Instituto Português Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, EPE	4.436.440,00	2.001.323,00	1.693.957,00	85%	153%
Hospital Distrital Figueira da Foz, EPE	44.178,12	1.142.953,00	1.259.807,63	110%	11407%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE	5.283.973,14	58.917,24	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de consumo acumulado

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Quatro entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de gás, sendo que dois casos evidenciam uma redução, face ao ano de referência, demasiado acentuada. No caso do Centro Hospitalar de Leiria, EPE, tal resulta, como foi reportado à ACSS via ARS Centro, da desagregação do contador da cogeração;
- Uma entidade manteve, aproximadamente, os mesmos valores de consumo de gás;
- Seis entidades registam um aumento dos valores de consumo de gás, pese embora numa destas a ordem de grandeza do valor (11407%), resulta de uma situação anómala, que foi reportada à ACSS, via ARS Centro, e que corresponde a uma alteração do paradigma de consumo, resultado da mudança de nafta para gás propano, na alimentação das caldeiras.

No que respeita ao período homólogo de 2016 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Seis entidades registam uma redução dos valores de consumo de gás, sendo que, uma destas ostenta uma percentagem que indicia uma incongruência no processo de reporte da informação, podendo tal resultar de faturas não submetidas no portal;
- Três entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de gás.

7.1.3.3 Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Monitorização dos Consumos de Gás	Consumo de Gás 2012	Consumo de Gás 1º T 2016	Consumo de Gás 1º T 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo					
Hospital Garcia de Orta, EPE	40.267.302,20	0,00	46.679,57	--	0,5%
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	28.450.333,00	23.531,49	42.539,17	181%	0,6%
Hospital Distrital de Santarém, EPE	5.901.614,00	81.568,00	28.472,07	35%	2%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	6.060.395,00	87.821,00	492.065,55	560%	32%
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	6.312.197,60	874.651,77	911.237,48	104%	58%
Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE	50.900.865,00	8.173.428,56	7.760.273,67	95%	61%
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	5.895.366,66	0,00	1.593.016,30	--	108%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	7.730.390,00	204,17	2.325.586,05	1139027%	120%
Instituto Português Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	8.782.892,00	739.920,00	3.253.959,12	440%	148%
Hospital Dr. José de Almeida - Cascais (PPP)	3.882.023,00	1.525.997,00	1.654.885,00	108%	171%
Hospital Beatriz Ângelo - Loures (PPP)	1.088.102,63	3.320.052,00	3.190.644,00	96%	1173%
Centro Hospitalar do Oeste	1.121.502,73	0,00	5.684.641,88	--	2028%
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	0,00	53.706,48	243.200,26	453%	a)
Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE	15.601.917,00	0,00	0,00	--	a)
Hospital de Vila Franca de Xira (PPP)	646.112,00	0,00	0,00	--	a)
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de consumo acumulado

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Seis entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de gás, evidenciando contudo, em quatro destas, valores que, pelo diferencial, se conjectura não estarem corretos, podendo tal situação resultar de faturas não submetidas no portal, ou de outra irregularidade no processo de reporte;
- Seis entidades registam um aumento dos valores de consumo de gás, pese embora, em dois casos, a ordem de grandeza dos seus valores (1173% e 2028%), indiciam incongruências no processo de reporte da informação ou alguma situação anómala que não nos foi reportada.

No que respeita ao período homólogo de 2016 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Três entidades registam uma redução dos valores de consumo de gás sendo que, uma destas, ostenta uma percentagem que indicia uma incongruência no processo de reporte da informação, podendo tal resultar de faturas não submetidas no portal;
- Sete entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de gás, sendo que, em quatro casos, as entidades ostentam uma percentagem que indiciam incongruências no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.1.3.4 Região de Saúde do Alentejo

Monitorização dos Consumos de Gás	Consumo de Gás 2012	Consumo de Gás 1ºT 2016	Consumo de Gás 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
IV. Região de Saúde do Alentejo					
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	3.590.834,00	0,00	461,14	--	0,1%
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	3.935.768,82	0,00	560.859,00	--	57%
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	3.584.744,52	0,00	0,00	--	a)
Hospital Espírito Santo, EPE	4.216.764,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de consumo acumulado

Relativamente ao referencial de 2012, para as duas entidades que reuniram condições de análise, constata-se que ambas registaram uma redução dos consumos de gás, embora uma destas evidencie um valor que, pelo diferencial, se conjectura não estar correto, podendo tal situação resultar de faturas não submetidas no portal, ou de outra irregularidade no processo de reporte

No que respeita ao período homólogo de 2016, nenhuma entidade reuniu condições para análise.

7.1.3.5 Região de Saúde do Algarve

Monitorização dos Consumos de Gás	Consumo de Gás 2012	Consumo de Gás 1ºT 2016	Consumo de Gás 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
V. Região de Saúde do Algarve					
Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul - São Brás de Alportel	1.857.481,47	274.890,00	385.798,91	140%	83%
Centro Hospitalar do Algarve, EPE	13.052.821,32	20.842,79	4.562.558,71	21890%	140%

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de consumo acumulado

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se que:

- Uma entidade ostenta uma redução dos valores de consumo de gás;
- Uma entidade evidencia um aumento dos valores de consumo de gás.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que ambas as entidades registam um aumento dos valores de consumo de gás, pese embora uma destas ostente uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.1.4 Consumo de Água

Relativamente aos hospitais construídos fruto de Parcerias Público-Privadas (PPP), ressalva-se que os valores de consumo de água no ano de referência poderão não corresponder aos valores de consumo dos hospitais em pleno funcionamento, nas suas configurações atuais, dado que, no caso do Hospital de Braga, este só foi inaugurado em maio de 2011 e no caso do Hospital Vila Franca de Xira, cuja inauguração ocorreu em 3 de abril de 2013, os consumos poderão referir-se à unidade hospitalar que antecedeu o referido hospital, tendo sido substituído por este.

7.1.4.1 Região de Saúde do Norte

Monitorização dos Consumos de Água	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 1º T 2016	Consumo de Água - 1º T 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%
I. Região de Saúde do Norte					
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	147.848,00	20.378,66	23.066,00	113%	62%
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	68.926,53	9.676,65	11.949,00	123%	69%
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães	89.292,00	16.675,37	15.808,01	95%	71%
Hospitais da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	62.040,00	0,00	11.856,26	--	76%
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	71.074,00	14.081,15	15.733,73	112%	89%
Hospital Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	15.956,00	0,00	3.954,81	--	99%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	158.037,00	35.205,79	39.192,13	111%	99%
Instituto Português Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE	91.460,00	52.838,18	24.606,60	47%	108%
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE	75.391,00	14.742,93	20.970,70	142%	111%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	125.494,00	0,00	42.425,05	--	135%
Centro Hospitalar de São João, EPE	288.460,00	0,00	0,00	--	-- a)
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim Vila do Conde, EPE	54.763,00	0,00	0,00	--	-- a)
Hospital de Magalhães Lemos, EPE	30.567,00	0,00	0,00	--	-- a)
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	47.089,00	0,00	0,00	--	-- a)
Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE	145.826,00	0,00	0,00	--	-- a)
Hospital de Braga (PPP)	71.436,00	0,00	0,00	--	-- a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Quatro entidades cumprem as metas preconizadas no despacho;
- Três entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho, apresentando, contudo, consumos de água inferiores ao do ano de referência;
- Três entidades não cumprem as metas definidas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Duas entidades registaram uma diminuição dos valores de consumo de água, embora uma destas evidencie um valor que, pelo diferencial, se conjectura não estar correto, podendo tal situação resultar de faturas não submetidas no portal, ou de outra irregularidade no processo de reporte;
- Cinco entidades ostentam um aumento dos valores de consumo de água.

7.1.4.2 Região de Saúde do Centro

Monitorização dos Consumos de Água	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 1ºT 2016	Consumo de Água - 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%	
II. Região de Saúde do Centro						
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE	89.164,00	3.954,04	5.000,64	126%	22%	●
Instituto Português Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, EPE	55.672,15	9.734,94	8.242,09	85%	59%	●
Hospital Distrital Figueira da Foz, EPE	40.382,00	5.234,55	6.559,00	125%	65%	●
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	78.253,00	12.707,39	13.268,81	104%	68%	●
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	9.136,00	1.116,00	1.936,70	174%	85%	●
Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar	7.789,00	1.940,66	1.734,90	89%	89%	●
Centro Hospitalar de Leiria, EPE	125.971,93	40.217,18	28.875,37	72%	92%	●
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	21.027,00	10.506,27	5.125,90	49%	98%	●
Hospitais da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	43.064,00	8.995,72	13.517,72	150%	126%	●
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	350.254,00	135.146,58	135.947,89	101%	155%	●
Hospitais da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	0,00	11.933,19	11.957,16	100%	--	a)
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE	82.273,00	11.103,86	0,00	--	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Cinco entidades cumprem as metas preconizadas no despacho, sendo que, uma destas entidades (Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE), apresenta uma diminuição excessiva justificada, conforme reportado à ACSS via ARS Centro, pela ocorrência de várias fugas de água e, também, de trabalhos de limpeza nas redes de águas pluviais e de esgotos no ano de referência de 2011;
- Três entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho, apresentando, contudo, um consumo de água inferior ao do ano de referência;
- Duas entidades não cumprem as metas definidas no despacho. Tal justifica-se, no caso do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra devido ao processo de fusão aquando da criação do Centro Hospitalar em causa, onde apenas se contabilizou os valores de água de um dos hospitais desta entidade, para o ano de referência de 2011.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Quatro entidades registam uma redução dos valores de consumo de água, sendo que, uma destas evidencia um valor que, pelo diferencial, se conjectura não estar correto, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte;
- Uma entidade manteve, aproximadamente, os mesmos valores de consumo de água;
- Seis entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de água.

7.1.4.3 Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Monitorização dos Consumos de Água	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 1º T 2016	Consumo de Água - 1º T 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo					
Centro Hospitalar do Oeste	290.000,00	0,00	25.027,05	--	35% ●
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	133.387,00	16.943,59	15.627,34	92%	47% ●
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	359.478,00	53.362,13	54.836,52	103%	61% ●
Instituto Português Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	94.977,00	18.767,13	16.792,55	89%	71% ●
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	208.566,00	37.719,95	40.356,57	107%	77% ●
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	86.561,00	16.569,03	18.111,11	109%	84% ●
Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE	587.123,00	108.038,00	138.463,61	128%	94% ●
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	109.453,23	22.572,07	27.048,68	120%	99% ●
Hospital Garcia de Orta, EPE	117.391,00	1.066,24	29.042,93	2724%	99% ●
Hospital Dr. José de Almeida - Cascais (PPP)	54.263,00	13.339,52	14.446,82	108%	106% ●
Hospital Distrital de Santarém, EPE	505,00	16.489,84	16.668,27	101%	13203% ●
Hospital Beatriz Ângelo - Loures (PPP)	0,00	19.139,33	19.812,36	104%	-- a)
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	0,00	801,55	881,00	110%	-- a)
Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE	122.718,00	0,00	0,00	--	-- a)
Hospital de Vila Franca de Xira (PPP)	28.081,00	0,00	0,00	--	-- a)
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	185.565,00	0,00	0,00	--	-- a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Seis entidades cumprem as metas preconizadas no despacho, sendo que, duas destas evidenciam valores que, pelo diferencial, se conjectura não estarem corretos, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte;
- Três entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho, apresentando, contudo, um consumo de água inferior ao do ano de referência;
- Duas entidades não cumprem as metas definidas no despacho, apresentando, uma destas, um consumo de cerca de 13203%. Tal incongruência foi reportada pela entidade em causa à ACSS, via ARS LVT, e resulta de uma alteração do paradigma de consumo, fruto da cessação de exploração de um furo, passando a entidade a consumir água da rede de distribuição pública.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Duas entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de água;
- Dez entidades registam um aumento dos valores de consumo de água, pese embora uma destas ostente uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.1.4.4 Região de Saúde do Alentejo

Monitorização dos Consumos de Água	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 1ºT 2016	Consumo de Água - 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(m³/ano)	(m3/trimestre)	(m3/trimestre)	%	%
IV. Região de Saúde do Alentejo					
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	32.742,00	0,00	2.993,26	--	37% 
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	54.230,00	0,00	9.607,38	--	71% 
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	31.057,00	0,00	6.332,90	--	82% 
Hospital Espírito Santo, EPE	65.326,00	0,00	0,00	--	-- a) 

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011, todas as entidades cumpriram as metas preconizadas no despacho, embora uma destas evidencie um valor que, pelo diferencial, se conjectura não estar correto, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte.

No que respeita ao período homólogo de 2016, nenhuma entidade reuniu condições para análise.

7.1.4.5 Região de Saúde do Algarve

Monitorização dos Consumos de Água	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 1ºT 2016	Consumo de Água - 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(m³/ano)	(m3/trimestre)	(m3/trimestre)	%	%
V. Região de Saúde do Algarve					
Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul - São Brás de Alportel	10.050,00	1.996,00	1.474,01	74%	59% 
Centro Hospitalar do Algarve, EPE	167.487,00	29.717,01	37.162,84	125%	89% 

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se que:

- Uma entidade cumpre as metas preconizadas no despacho do SES;
- Uma entidade não cumpre as metas estabelecidas pelo despacho, registando, contudo, uma diminuição do consumo de água face ao ano de referência.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Uma entidade regista uma diminuição dos valores de consumo de água;
- Uma entidade regista um aumento dos valores de consumo de água.

7.1.5 Produção de Resíduos

Relativamente à monitorização da produção de resíduos, a comparação terá de ser feita com o ano de 2012, visto que, no ano de 2011, não foram reportados os dados da produção de resíduos, não sendo possível concluir se efetivamente as entidades estão a cumprir as metas do Despacho SES.

7.1.5.1 Região de Saúde do Norte

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção de Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 1ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Evolução produção 1º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
I. Região de Saúde do Norte					
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	147,26	32,15	18,61	58%	51%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	379,10	89,22	100,77	113%	106%
Hospitais da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	577,49	0,00	163,61	--	113%
Hospital Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	34,27	0,00	10,84	--	126%
Instituto Português Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE	826,00	208,16	262,35	126%	127%
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães	120,30	34,77	39,63	114%	132%
Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE	168,03	54,81	62,61	114%	149%
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	0,00	27,94	133,25	477%	a)
Centro Hospitalar do Porto, EPE	0,00	0,00	150,66	--	a)
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	1.221,53	29,59	0,00	--	a)
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim Vila do Conde, EPE	44,00	0,00	0,00	--	a)
Centro Hospitalar de São João, EPE	2.144,00	0,00	0,00	--	a)
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	242,11	0,00	0,00	--	a)
Hospital de Braga (PPP)	414,06	0,00	0,00	--	a)
Hospital de Magalhães Lemos, EPE	3,76	0,00	0,00	--	a)
Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Uma entidade regista uma diminuição da produção de resíduos;
- Seis entidades registam um aumento de produção de resíduos.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Uma entidade regista uma diminuição dos valores de produção de resíduos;
- Cinco entidades evidenciam um aumento dos valores de produção de resíduos, sendo que, uma destas ostenta uma percentagem que indicia incongruências no processo de reporte da informação, ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.1.5.2 Região de Saúde do Centro

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção de Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 1ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Evolução produção 1º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
II. Região de Saúde do Centro					
Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar	250,39	13,88	17,15	124%	27%
Hospitais da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	429,96	0,00	32,64	--	30%
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	498,13	105,26	79,86	76%	64%
Hospitais da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	88,09	21,68	17,25	80%	78%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE	1.109,91	236,86	231,39	98%	83%
Hospital Distrital Figueira da Foz, EPE	194,52	50,79	72,52	143%	149%
Centro Hospitalar de Leiria, EPE	215,20	65,82	200,79	305%	373%
Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	0,00	31,23	22,66	73%	a)
Instituto Português Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, EPE	0,00	6,51	32,77	503%	a)
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	0,00	0,48	2,49	514%	a)
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE	3.823.724,50	119,51	0,00	--	a)
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	3.063,02	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Cinco entidades registam uma diminuição dos valores de produção de resíduos evidenciando, em duas destas, valores que, pelo diferencial, se conjectura não estarem corretos, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte. Relativamente ao valor inserido pelo Hospital Dr. Francisco Zagalo-Ovar, a discrepância existente justifica-se, conforme reportado à ACSS, via ARS Centro, por um erro da base de cálculo do valor da produção de resíduos do tipo I e II, estando contratualizado que, o valor dessa mesma produção contemplava a capacidade dos contentores na sua totalidade, algo que na realidade não acontecia;
- Duas entidades evidenciam um aumento dos valores de produção de resíduos, pese embora uma destas ostente uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Quatro entidades registam uma redução dos valores de produção de resíduos;
- Cinco entidades evidenciam um aumento dos valores de produção de resíduos, sendo que em três casos, as entidades ostentam percentagens que indiciam incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.1.5.3 Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção de Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 1ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Evolução produção 1º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo					
Hospital Dr. José de Almeida - Cascais (PPP)	957.677,00	225,13	207,30	92%	0,1%
Hospital Garcia de Orta, EPE	30.886,31	0,00	14,19	--	0,2%
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	2.781,67	78,00	824,12	1057%	119%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	1.258,93	80,29	373,04	465%	119%
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	785,38	0,00	258,24	--	132%
Instituto Português Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	398,00	33,00	140,15	425%	141%
Centro Hospitalar do Oeste	81,94	0,00	30,58	--	149%
Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE	1.505,35	21,32	903,55	4238%	240%
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	0,00	2,25	1,10	49%	a)
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	0,00	0,16	1,43	910%	a)
Hospital Distrital de Santarém, EPE	724,83	156,74	0,00	--	a)
Hospital Beatriz Ângelo - Loures (PPP)	605,03	266,62	0,00	--	a)
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	230.196,57	0,00	0,00	--	a)
Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE	350,00	0,00	0,00	--	a)
Hospital de Vila Franca de Xira (PPP)	1.150,00	0,00	0,00	--	a)
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	1.490,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se que:

- Duas entidades registam uma diminuição da produção de resíduos evidenciando, em ambas, valores que, pelo diferencial, se conjectura não estarem corretos, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte;
- Seis entidades ostentam um aumento da produção de resíduos, pese embora uma destas registre uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Duas entidades registam uma redução dos valores de produção de resíduos sendo que, uma destas ostenta uma percentagem que indicia uma incongruência no processo de reporte da informação;
- Cinco entidades evidenciam um aumento dos valores de produção de resíduos, ostentando, em todos os casos, percentagens que indiciam incongruências no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.1.5.4 Região de Saúde do Alentejo

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção de Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 1ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Evolução produção 1º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
IV. Região de Saúde do Alentejo					
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	999,61	0,00	13,67	--	5%
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	235,84	0,00	0,00	--	a)
Hospital Espírito Santo, EPE	434,33	0,00	0,00	--	a)
Hospitais da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	228,23	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2012 e, para a única entidade que reuniu condições para análise, constata-se que esta registou uma diminuição dos valores da produção de resíduos, pese embora ostente uma percentagem que, pela sua ordem de grandeza, se conjectura não estar correta, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte.

No que respeita ao período homólogo de 2016, nenhuma entidade reuniu condições para análise devido à ausência de reporte no 1.º T 2016.

7.1.5.5 Região de Saúde do Algarve

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção de Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 1ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Evolução produção 1º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
V. Região de Saúde do Algarve					
Centro Hospitalar do Algarve, EPE	674.946,66	107,10	126,12	118%	0,1%
Centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul - São Brás de Alportel	97.387,40	0,61	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de produção acumulada

Relativamente ao referencial de 2012 e, para a única entidade que reuniu condições para análise, constata-se que esta registou uma diminuição dos valores da produção de resíduos, pese embora ostente uma percentagem que, pela sua ordem de grandeza, se conjectura não estar correta, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte.

Relativamente ao período homólogo de 2016, e para a única entidade que reuniu condições para análise, constata-se que esta evidencia um aumento dos valores de produção de resíduos.

7.2 Agrupamentos de Centros de Saúde

7.2.1 Consumo de Energia Elétrica

7.2.1.1 Região de Saúde do Norte

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica - ACES	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 1º T 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1º T 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
I. Região de Saúde do Norte					
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto V - Porto Ocidental	1.103.890,10	0,00	8.818,70	--	3% ●
ACES da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	4.458.164,34	20.264,04	467.290,85	2306%	42% ●
Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave - Guimarães/Vizela/Terras de Basto	506.299,00	376.707,57	54.295,62	14%	43% ●
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado II - Gerês/Cabreira	1.154.926,00	154.704,05	161.189,26	104%	56% ●
Agrupamento de Centros de Saúde Ave - Famalicão	602.428,00	0,00	132.396,72	--	88% ●
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado III - Barcelos/Esposende	851.449,00	110.788,96	226.035,63	204%	106% ●
ACES da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	2.404.507,00	658.697,36	664.184,28	101%	110% ●
ACES da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	573.390,00	0,00	189.813,63	--	132% ●
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto II - Gondomar	0,00	199.985,03	40.040,92	20%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VII - Gaia	0,00	15.089,08	6.991,24	46%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VIII - Espinho/Gaia	0,00	36.194,80	79.715,65	220%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VI - Porto Oriental	933.105,00	28.768,50	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega I - Baixo Tâmega	0,00	57.913,26	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Douro I - Marão e Douro Norte	898.937,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso	593.734,87	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado I - Braga	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Douro II - Douro Sul	667.354,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I - Feira/Arouca	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga II - Aveiro Norte	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto I - Santo Tirso/Trofa	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto III - Maia/Valongo	1.450.360,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto IV - Póvoa do Varzim/Vila do Conde	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II - Vale do Sousa Sul	889,50	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega III - Vale do Sousa Norte	0,00	0,00	0,00	--	-- a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Quatro entidades cumprem as metas preconizadas no despacho, sendo que, três destas ostentam percentagens que indicam incongruências, podendo tal situação resultar de faturas não submetidas no portal, ou de outra irregularidade no processo de reporte;
- Uma entidade não cumpre as metas definidas no despacho apresentando, contudo, um consumo inferior face ao ano de referência;
- Três entidades não cumprem as metas preconizadas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se:

- Três das entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de energia elétrica, sendo que, todas estas ostentam percentagens possivelmente indicadoras de incongruências no processo de reporte;
- Cinco das entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de energia elétrica sendo que, em três casos, as entidades ostentam percentagens que indiciam incongruências no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.2.1.2 Região de Saúde do Centro

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica - ACES	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
II. Região de Saúde do Centro					
ACES da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	1.134.177,42	127.085,88	9.038,13	7%	3% 
Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Litoral	1.734.795,67	106.605,87	274.861,11	258%	63% 
Agrupamento de Centros de Saúde Dão Lafões	1.487.199,00	194.738,73	313.553,75	161%	84% 
Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Vouga	2.131.937,00	376.093,98	745.080,99	198%	140% 
Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Mondego	5.759.561,87	375.793,98	4.132.897,36	1100%	287% 
Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte	399.413,60	196.250,72	404.589,47	206%	405% 
ACES da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	0,00	718.824,99	840.627,61	117%	-- a) 
Agrupamento de Centros de Saúde Cova da Beira	0,00	12.464,23	52.456,10	421%	-- a) 

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Duas das entidades cumprem as metas de consumo de energia elétrica preconizadas no despacho, evidenciando em uma destas valores que, pelo diferencial, se conjecturam não estarem corretos, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte ou de faturas não submetidas no portal;
- Uma das entidades não cumpre as metas estabelecidas no despacho, embora tenha registado uma diminuição do consumo de energia elétrica;
- Três entidades não cumprem as metas definidas no despacho, evidenciado, em duas destas, aumentos que, dadas as percentagem, se conjectura não estarem corretos.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se:

- Uma das entidades regista uma diminuição dos valores de consumo de energia elétrica, sendo que, a sua percentagem indicia uma incongruência no processo de reporte da informação;
- Sete das entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de energia elétrica sendo que, em quatro casos, as entidades ostentam percentagens que indiciam incongruências no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.2.1.3 Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica - ACES	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 1º T 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1º T 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo					
Agrupamento de Centros de Saúde Estuário do Tejo	0,00	539.679,09	80.441,61	15%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Loures - Odivelas	0,00	486.220,40	145.179,53	30%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Almada-Seixal	0,00	375.207,74	145.208,59	39%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Sul	0,00	354.680,82	140.332,68	40%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cascais	0,00	236.353,07	105.364,12	45%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Amadora	0,00	217.937,42	101.052,78	46%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Norte	0,00	262.946,00	123.994,94	47%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Sintra	0,00	418.374,65	199.279,01	48%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida	0,00	241.217,26	143.293,46	59%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Arco Ribeirinho	0,00	291.536,26	221.465,38	76%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Médio Tejo	0,00	572.231,10	474.587,27	83%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Ocidental e Oeiras	0,00	331.647,65	283.207,34	85%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lezíria	0,00	384.175,96	338.275,56	88%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Central	0,00	325.363,61	293.101,55	90%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte	0,00	297.590,67	294.824,21	99%	-- a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Nenhuma das entidades reuniu condições para ser avaliada quanto às metas definidas no despacho do SES.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que todas as quinze entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de energia elétrica, sendo que oito destas ostentam percentagens indiciadoras de incongruências no processo de reporte da informação;

7.2.1.4 Região de Saúde do Alentejo

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica - ACES	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 1º T 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1º T 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
IV. Região de Saúde do Alentejo					
ACES da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	1.751.303,00	0,00	83.093,54	--	19% 
ACES da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	633.526,80	0,00	149.512,90	--	94% 
ACES da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	984.485,00	0,00	268.929,86	--	109% 
Agrupamento de Centros de Saúde Alentejo Central	1.616.626,00	0,00	592.731,32	--	147% 

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente às metas definidas pelo despacho do SES, observa-se que:

- Uma entidade cumpre as metas de consumo de energia elétrica preconizadas no despacho, evidenciando, contudo, uma percentagem que, pelo diferencial, se conjectura não estar correta, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte ou de faturas não submetidas no portal;
- Uma das entidades não cumpre as metas estabelecidas no despacho, embora tenha registado uma diminuição do consumo de energia elétrica;

- Duas entidades não cumprem as metas definidas no despacho.

No que respeita ao período homólogo de 2016, nenhuma entidade reuniu condições para análise.

7.2.1.5 Região de Saúde do Algarve

Monitorização dos Consumos de Energia Elétrica - ACES	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
V. Região de Saúde do Algarve					
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve III - Sotavento	858.033,00	204.425,78	158.788,41	78%	74% 
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve II - Barlavento	1.647.276,00	303.992,33	319.134,81	105%	77% 
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve I - Central	1.633.417,00	364.962,53	378.421,27	104%	93% 

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se que:

- Duas entidades cumprem as metas de consumo de energia elétrica preconizadas no despacho;
- Uma das entidades não cumpre as metas estabelecidas no despacho, embora tenha registado uma diminuição do consumo de energia elétrica;

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, verifica-se que:

- Uma das entidades regista uma diminuição dos valores de consumo de energia elétrica;
- Duas das entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de energia elétrica.

7.2.2 Consumo de Gás

No que concerne aos consumos de gás, pelo facto da informação que foi enviada e referente ao ano de 2011 ter sido recebida em m³, não será possível efetuar uma comparação com esse ano, visto que os consumos referentes aos anos de 2012 a 2017 estão em kWh. Desta forma, procede-se a uma comparação com o ano de 2012, não sendo possível concluir se efetivamente as entidades estão a cumprir as metas do Despacho do SES.

7.2.2.1 Região de Saúde do Norte

Monitorização dos Consumos de Gás - ACES	Consumo de Gás 2012	Consumo de Gás 1ºT 2016	Consumo de Gás 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
I. Região de Saúde do Norte					
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto V - Porto Ocidental	218.829,99	0,00	0,67	--	0,001%
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VII - Gaia	228.527,00	0,00	40,43	--	0,1%
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto II - Gondomar	522.077,88	118.644,57	52.936,90	45%	41%
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado III - Barcelos/Esposende	288.779,00	49.027,57	41.754,54	85%	58%
Agrupamento de Centros de Saúde Ave - Famalicão	145.316,00	0,00	66.832,55	--	184%
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VIII - Espinho/Gaia	18.657,00	0,00	8.901,10	--	191%
Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave - Guimarães/Vizela/Terras de Basto	32.969,00	198.704,78	116.465,61	59%	1413%
ACES da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	0,00	73.253,30	89.028,76	122%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado II - Gerês/Cabreira	0,00	82.306,71	112.705,23	137%	a)
ACES da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	0,00	607.037,45	1.382.340,20	228%	a)
ACES da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	0,00	0,00	93.739,80	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VI - Porto Oriental	335.425,20	125.932,21	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega I - Baixo Tâmega	96.161,00	56.428,16	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado I - Braga	109.728,09	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Douro I - Marão e Douro Norte	323.166.518,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Douro II - Douro Sul	25.224,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga II - Aveiro Norte	108.111,32	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto III - Maia/Valongo	301.261,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto IV - Póvoa do Varzim/Vila do Conde	8.193,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II - Vale do Sousa Sul	83.233,37	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I - Feira/Arouca	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto I - Santo Tirso/Trofa	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega III - Vale do Sousa Norte	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Quatro entidades registam uma diminuição do consumo de gás, evidenciando contudo, em três destas, valores que, pelo diferencial se conjectura não estarem corretos, destacando-se, dentro deste conjunto de entidades, os valores referentes ao ACES Porto Ocidental e ao ACES Gaia que reportaram valores na ordem dos 0,001% e os 0,01%, respetivamente, podendo tal situação resultar de faturas não submetidas no portal, ou de outra irregularidade no processo de reporte;
- Três entidades evidenciam um aumento do consumo, sendo que, em uma destas, a ordem de grandeza do valor (1413%), indicia uma incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Três entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de gás, sendo que uma destas ostenta, no entanto, uma percentagem que indicia uma possível incongruência no processo de reporte da informação;

- Três entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de água sendo que, num caso, a entidade regista uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.2.2.2 Região de Saúde do Centro

Monitorização dos Consumos de Gás - ACES	Consumo de Gás 2012	Consumo de Gás 1ºT 2016	Consumo de Gás 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
II. Região de Saúde do Centro					
Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Litoral	1.231.440,00	29.333,02	219.722,61	749%	71%
Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Mondego	1.152.155,00	113.348,58	509.277,49	449%	177%
Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Vouga	1.463.625,37	22.273,25	710.916,28	3192%	194%
ACES da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	217.534,00	817.009,33	974.906,22	119%	1793%
Agrupamento de Centros de Saúde Dão Lafões	0,00	658.832,86	875.178,68	133%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cova da Beira	0,00	39.355,05	11.927,54	30%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte	0,00	502.512,84	474.875,13	95%	a)
ACES da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	0,00	269.240,75	84.415,99	31%	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se que:

- Uma entidade regista uma diminuição do consumo de gás;
- Três entidades evidenciam um aumento do consumo, sendo que a ordem de grandeza do valor de uma destas (1793%), indicia uma incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Três entidades registam uma redução dos valores de consumo de gás, sendo que, duas destas ostentam percentagens que indiciam uma possível incongruência no processo de reporte da informação;
- Cinco entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de gás, sendo que, em três casos, a entidade ostenta uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.2.2.3 Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Monitorização dos Consumos de Gás - ACES	Consumo de Gás 2012	Consumo de Gás 1ºT 2016	Consumo de Gás 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo					
Agrupamento de Centros de Saúde Médio Tejo	30.127,76	177.633,54	171.761,09	97%	2280%
Agrupamento de Centros de Saúde Estuário do Tejo	0,00	135,62	3,14	2%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lezíria	0,00	290.143,21	233.293,92	80%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte	8.288,00	3.436,90	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Sintra	281.743,00	149.355,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Amadora	155.540,98	90.984,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Loures - Odivelas	14.298,50	17.853,43	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Central	11.192,00	79.388,21	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Ocidental e Oeiras	0,00	37.180,40	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida	16,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Norte	315,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Almada-Seixal	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Arco Ribeirinho	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cascais	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Sul	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2012 e, para a única entidade que reuniu condições para análise, constata-se que esta regista um aumento no consumo de gás, sendo que, a sua percentagem, superior a 2200%, indicia incongruências no processo de reporte da informação.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, verifica-se que todas as entidades registam uma diminuição no consumo de gás, contudo, uma destas regista uma percentagem que indicia incongruências no processo de reporte da informação.

7.2.2.4 Região de Saúde do Alentejo

Monitorização dos Consumos de Gás - ACES	Consumo de Gás 2012	Consumo de Gás 1ºT 2016	Consumo de Gás 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
IV. Região de Saúde do Alentejo					
ACES da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	0,00	0,00	12.493,20	--	a)
ACES da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	0,00	0,00	8.002,20	--	a)
ACES da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	143.496,64	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Alentejo Central	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2012 e ao período homólogo de 2016, nenhuma das entidades reuniu condições para análise, fruto da omissão de reporte no ano de referência de 2012 e no 1.ºT 2016, respetivamente.

7.2.2.5 Região de Saúde do Algarve

Monitorização dos Consumos de Gás - ACES	Consumo de Gás 2012	Consumo de Gás 1ºT 2016	Consumo de Gás 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2012
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
V. Região de Saúde do Algarve					
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve I - Central	0,00	22,02	30,93	140%	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve III - Sotavento	16.874,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve II - Barlavento	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2012, nenhuma das entidades reuniu condições para análise fruto da omissão de reporte no ano de referência de 2012 e no 1.ºT 2017.

Relativamente ao período homólogo de 2016, e para a única entidade que reuniu condições para análise, constata-se que esta registou um aumento do consumo de gás.

7.2.3 Consumo de Água

7.2.3.1 Região de Saúde do Norte

Monitorização dos Consumos de Água - ACES	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 1ºT 2016	Consumo de Água - 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%
I. Região de Saúde do Norte					
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado II - Gerês/Cabreira	9.131,00	748,31	728,52	97%	32% ●
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado III - Barcelos/Esposende	11.639,00	964,18	992,06	103%	34% ●
ACES da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	20.847,00	3.753,64	3.302,50	88%	63% ●
Agrupamento de Centros de Saúde Ave - Famalicão	3.962,37	0,00	715,67	--	72% ●
Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave - Guimarães/Vizela/Terras de Basto	4.064,00	3.893,82	739,64	19%	73% ●
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto V - Porto Ocidental	8.089,50	0,00	1.663,28	--	82% ●
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto II - Gondomar	5.596,00	941,60	1.454,84	155%	104% ●
ACES da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	7.397,00	0,00	2.544,24	--	138% ●
ACES da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	0,00	2.032,25	2.579,99	127%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VII - Gaia	0,00	798,52	1.196,33	150%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VIII - Espinho/Gaia	0,00	970,81	1.502,07	155%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VI - Porto Oriental	6.838,65	1.058,04	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega I - Baixo Tâmega	0,00	187,55	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso	18.708,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado I - Braga	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Douro I - Marão e Douro Norte	8.052,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Douro II - Douro Sul	2.956,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I - Feiral/Arouca	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga II - Aveiro Norte	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto I - Santo Tirso/Trofa	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto III - Maia/Valongo	11.544,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto IV - Póvoa do Varzim/Vila do Conde	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II - Vale do Sousa Sul	8.390,00	0,00	0,00	--	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega III - Vale do Sousa Norte	0,00	0,00	0,00	--	-- a)

a) Não foi recebida toda a informação para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Seis das entidades cumprem as metas de redução do consumo de água preconizadas no despacho, sendo que, duas destas evidenciam valores que, pelo diferencial, se conjectura não estarem corretos, podendo tal situação resultar de irregularidades no processo de reporte;
- Duas das entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho;

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Três entidades registam uma redução do consumo de água, contudo, uma destas regista uma percentagem que indicia uma incongruência no processo de reporte da informação.
- Cinco entidades evidenciam um aumento do consumo de água.

7.2.3.2 Região de Saúde do Centro

Monitorização dos Consumos de Água - ACES	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 1ºT 2016	Consumo de Água - 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%	
II. Região de Saúde do Centro						
Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Mondego	36.753,00	5.238,74	4.769,47	91%	52%	●
ACES da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	10.787,00	1.353,10	1.441,92	107%	53%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Vouga	24.087,40	3.866,84	4.340,74	112%	72%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Dão Lafões	6.764,00	3.331,61	1.776,71	53%	105%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte	2.376,00	3.266,32	2.310,99	71%	389%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Litoral	2.043,00	2.664,99	2.233,23	84%	437%	●
Agrupamento de Centros de Saúde Cova da Beira	0,00	742,40	617,00	83%	--	a)
ACES da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	0,00	2.712,20	5.079,01	187%	--	a)

a) Não foi recebida toda a informação para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Três das entidades cumprem as metas de redução do consumo de água preconizadas no despacho;
- Três das entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho sendo que, duas destas indiciam uma incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Cinco entidades registam uma redução do consumo de água;
- Três entidades evidenciam um aumento do consumo de água.

7.2.3.3 Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Monitorização dos Consumos de Água - ACES	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 1º T 2016	Consumo de Água - 1º T 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo					
Agrupamento de Centros de Saúde Estuário do Tejo	0,00	2.497,95	2.195,05	88%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Amadora	0,00	1.375,19	1.270,48	92%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte	0,00	1.981,07	1.936,81	98%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Central	0,00	2.645,30	2.755,96	104%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lezíria	0,00	3.415,10	3.834,82	112%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Arco Ribeirinho	0,00	1.086,09	1.254,48	116%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida	0,00	1.405,19	1.670,59	119%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cascais	0,00	305,00	506,48	166%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Ocidental e Oeiras	0,00	1.648,30	2.888,93	175%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Médio Tejo	0,00	1.902,16	3.431,68	180%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Norte	0,00	473,02	870,76	184%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Sintra	0,00	1.178,53	2.761,01	234%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Almada-Seixal	0,00	1.016,03	2.812,43	277%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Sul	0,00	705,76	2.138,68	303%	-- a)
Agrupamento de Centros de Saúde Loures - Odivelas	0,00	993,78	3.372,94	339%	-- a)

a) Não foi recebida toda a informação para produzir a informação de monitorização.

Nenhuma das entidades reuniu condições para ser avaliada, quanto às metas definidas no despacho do SES.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se:

- Três das entidades registam uma diminuição dos valores de consumo de água;
- Doze das entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de água, contudo, em quatro casos, as entidades ostentam percentagens que indiciam possíveis incongruências no processo de reporte da informação.

7.2.3.4 Região de Saúde do Alentejo

Monitorização dos Consumos de Água - ACES	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 1º T 2016	Consumo de Água - 1º T 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%
IV. Região de Saúde do Alentejo					
ACES da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	5.822,70	0,00	1.162,54	--	80% ●
ACES da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	6.248,00	0,00	1.756,05	--	112% ●
Agrupamento de Centros de Saúde Alentejo Central	8.646,00	0,00	2.985,81	--	138% ●
ACES da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	11.944,00	0,00	22.133,78	--	741% ●

a) Não foi recebida toda a informação para produzir a informação de monitorização.

Relativamente às metas definidas pelo despacho do SES, constata-se o seguinte:

- Uma entidade cumpre as metas de consumo de água preconizadas no despacho;
- Três entidades não cumprem as metas definidas no despacho, sendo que, num dos casos, a percentagem indicia uma possível incongruência no processo de reporte da informação.

No que respeita ao período homólogo de 2016, nenhuma entidade reuniu condições para análise.

7.2.3.5 Região de Saúde do Algarve

Monitorização dos Consumos de Água - ACES	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 1ºT 2016	Consumo de Água - 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%
V. Região de Saúde do Algarve					
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve II - Barlavento	10.572,00	1.279,19	1.289,78	101%	49% 
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve III - Sotavento	8.410,00	1.995,31	1.613,00	81%	77% 
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve I - Central	29.750,00	7.164,35	8.406,33	117%	113% 

a) Não foi recebida toda a informação para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Duas entidades cumprem as metas de consumo de água preconizadas no despacho, contudo, uma destas ostenta um valor que, pelo diferencial, se conjectura não estar correto, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte;
- Uma entidade não cumpre as metas estabelecidas no despacho apresentando.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Uma entidade regista uma diminuição dos valores de consumo de água;
- Duas entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de água.

7.2.4 Produção de Resíduos

Relativamente à monitorização da produção de resíduos, a comparação terá de ser feita com o ano de 2012, visto que, no ano de 2011, os dados da produção de resíduos não foram reportados, não sendo possível concluir se efetivamente as entidades estão a cumprir as metas do Despacho SES.

7.2.4.1 Região de Saúde do Norte

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 1º T 2016	Produção Resíduos - 1º T 2017	Evolução produção 1º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
I. Região de Saúde do Norte					
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto V - Porto Ocidental	12.252,20	0,00	3,12	--	0,1%
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VII - Gaia	10,17	1,72	2,19	127%	86%
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VIII - Espinho/Gaia	13,22	3,06	3,01	99%	91%
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado III - Barcelos/Esposende	6,93	0,56	1,64	295%	95%
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado II - Gerês/Cabreira	5,66	1,46	1,43	98%	101%
Agrupamento de Centros de Saúde Ave - Famalicão	4,55	0,00	1,44	--	127%
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto II - Gondomar	9,40	2,40	3,72	155%	158%
Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave - Guimarães/Vizela/Terras de Basto	0,00	3,01	3,14	104%	a)
ACES da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	0,00	6,72	7,50	112%	a)
ACES da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	0,00	2,37	2,74	116%	a)
ACES da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	0,00	0,00	23,33	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VI - Porto Oriental	7.174,82	2,05	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cávado I - Braga	20,40	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Douro I - Marão e Douro Norte	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Douro II - Douro Sul	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I - Feira/Arouca	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga II - Aveiro Norte	7,27	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto I - Santo Tirso/Trofa	8,80	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto III - Maia/Valongo	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto IV - Póvoa do Varzim/Vila do Conde	10,49	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega I - Baixo Tâmega	46.670,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II - Vale do Sousa Sul	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega III - Vale do Sousa Norte	8.643,80	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Quatro entidades registam uma diminuição da produção de resíduos, contudo, uma destas evidencia um valor (0,1%) que, pelo diferencial, se conjectura não estar correto, podendo tal situação resultar de faturas não submetidas no portal, ou de outra irregularidade no processo de reporte;
- Três entidades registam aumentos de produção de resíduos.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Duas entidades registam uma diminuição dos valores de produção de resíduos;
- Seis entidades evidenciam um aumento dos valores de produção de resíduos, contudo uma destas ostenta uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.2.4.2 Região de Saúde do Centro

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 1ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Evolução produção 1º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
II. Região de Saúde do Centro					
Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Mondego	25.926.216,00	6,64	7,01	106%	0,0001%
Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Litoral	73.054,71	3,26	3,78	116%	0,02%
ACES da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	18.263,48	0,00	3,54	--	0,1%
Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Vouga	18.570,52	7,70	6,76	88%	0,1%
ACES da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	11,48	2,87	2,22	77%	77%
Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte	11,07	1,55	3,50	226%	126%
Agrupamento de Centros de Saúde Cova da Beira	4,82	1,76	1,71	97%	142%
Agrupamento de Centros de Saúde Dão Lafões	0,00	5,22	4,60	88%	--

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2012 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Cinco entidades registam uma diminuição dos valores de produção de resíduos, evidenciando-se, contudo, em quatro destas entidades, valores que, pelo diferencial, se conjectura não estarem corretos (0,0001%, 0,02% e duas vezes 0,1%), podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte;
- Duas entidades registam um aumento dos valores de produção de resíduos.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Quatro entidades registam uma diminuição dos valores de produção de resíduos;
- Três entidades evidenciam um aumento dos valores de produção de resíduos, contudo, uma destas ostenta uma percentagem que indicia incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada.

7.2.4.3 Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 1ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Evolução produção 1º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo					
Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida	7,62	2,12	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Arco Ribeirinho	0,00	2,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Almada-Seixal	0,00	3,10	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Cascais	0,00	0,02	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Estuário do Tejo	0,00	3,58	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Médio Tejo	0,00	3,30	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Norte	0,00	2,42	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lezíria	0,00	1,19	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte	0,00	0,89	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Sul	0,00	1,62	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Amadora	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Central	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Ocidental e Oeiras	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Loures - Odivelas	0,00	0,00	0,00	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Sintra	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Tanto para o ano de referência de 2012, como para o período homólogo de 2016, não é possível realizar qualquer análise devido à total omissão de dados referentes ao 1.º T de 2017.

7.2.4.4 Região de Saúde do Alentejo

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 1ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Evolução produção 1º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
IV. Região de Saúde do Alentejo					
ACES da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	31,65	0,00	1,25	--	16%
ACES da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	0,00	0,00	1,69	--	a)
Agrupamento de Centros de Saúde Alentejo Central	73,03	0,00	0,00	--	a)
ACES da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	0,00	0,00	0,00	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2012 e, para a única entidade que reuniu condições para análise, constata-se que esta registou uma diminuição da produção de resíduos que originou uma percentagem que, pela sua ordem de grandeza, se conjectura não estar correta, podendo tal situação resultar de irregularidades no processo de reporte.

Relativamente ao período homólogo, nenhuma entidade reuniu condições para análise devido à total omissão de reporte no 1.º T de 2016.

7.2.4.5 Região de Saúde do Algarve

Monitorização da Produção de Resíduos	Produção Resíduos - 2012	Produção Resíduos - 1ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Evolução produção 1º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2012
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%
V. Região de Saúde do Algarve					
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve III - Sotavento	27,00	3,49	3,26	94%	48%
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve II - Barlavento	57,90	7,23	9,01	125%	62%
Agrupamento de Centros de Saúde Algarve I - Central	81,00	0,00	13,38	--	66%

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2012, registou-se uma diminuição dos valores de produção de resíduos em todas as entidades desta região, contudo, uma destas evidencia um valor que, pelo diferencial, se conjectura não estar correto, podendo tal situação resultar de faturas não submetidas no portal, ou de outra irregularidade no processo de reporte.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Uma entidade regista uma diminuição dos valores de produção de resíduos;
- Uma entidade evidencia um aumento dos valores de produção de resíduos.

7.3 Administração Central e Periférica

7.3.1 Consumo de Energia Elétrica

Administração Central e Periférica - Monitorização dos consumos de Energia Elétrica	Consumo de Energia Elétrica - 2011	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2016	Consumo de Energia Elétrica - 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%	
ARS LVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	10.860.079,50	270.981,26	266.818,02	98%	10%	●
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	2.387.414,71	131.652,77	124.146,51	94%	21%	●
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	1.583.288,00	68.657,45	108.427,26	158%	27%	●
Direção-Geral da Saúde	354.309,00	0,00	78.894,71	--	89%	●
IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	1.895.053,46	620.440,49	461.265,67	74%	97%	●
ARS Algarve - Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	803.530,00	165.118,00	339.045,97	205%	169%	●
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	0,00	456.117,56	45.295,16	10%	--	a)
SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	0,00	52.893,63	36.182,34	68%	--	a)
Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.	0,00	0,00	854.061,18	--	--	a)
ARS Centro - Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.	0,00	0,00	213.487,88	--	--	a)
INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.	2.875.399,40	653.943,26	0,00	--	--	a)
Inspecção-Geral das Actividades em Saúde	92.715,00	0,00	0,00	--	--	a)
ARS Alentejo - Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
Secretaria-Geral do Ministério da Saúde	0,00	0,00	0,00	--	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Três entidades cumprem as metas preconizadas no despacho, evidenciando-se, contudo, em todos os casos, valores que, pelo diferencial (10%, 21% e 27%), se conjectura não estarem corretos, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte. No que concerne à ACSS, a causa da diminuição do consumo de energia elétrica prende-se com a redução do número de edifícios ao dispor da entidade e do próprio número de colaboradores, que levou à consequente quebra de consumo de energia elétrica;
- Duas das entidades não cumprem as metas estabelecidas no despacho, embora tenham registado uma diminuição do consumo de energia elétrica;
- Uma entidade não cumpre as metas definidas no despacho, registando um aumento dos valores de energia.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Cinco entidades registam uma redução dos valores de consumo de energia elétrica, sendo que, uma entidade ostenta uma percentagem que indicia uma incongruência no processo de reporte da informação ou a ocorrência de alguma situação anómala que não nos foi reportada;
- Duas entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de energia elétrica, contudo, uma das entidades regista uma percentagem que indicia uma possível incongruência no processo de reporte da informação.

7.3.2 Consumo de Gás

Monitorização dos Consumos de Gás - ADM do SNS	Consumo de Gás - 2011	Consumo de Gás - 1ºT 2016	Consumo de Gás - 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011
	(kWh/ano)	(kWh/trimestre)	(kWh/trimestre)	%	%
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	31.639,00	0,00	3.301,63	--	42% 
IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	660.389,00	329.413,48	706.608,94	215%	428% 
SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	0,00	7.512,92	2.167,84	29%	-- a)
ARS Algarve - Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	0,00	37.949,28	435.839,69	1148%	-- a)
Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.	0,00	0,00	67.617,96	--	-- a)
INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.	15.397,20	1.113,00	0,00	--	-- a)
Direcção-Geral da Saúde	3.049,00	0,00	0,00	--	-- a)
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
ARS Centro - Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
ARS Alentejo - Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
ARS LVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Secretaria-Geral do Ministério da Saúde	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
Inspecção-Geral das Actividades em Saúde	0,00	0,00	0,00	--	-- a)
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	0,00	0,00	0,00	--	-- a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo de entidades que reúnem condições para análise, constata-se que:

- Uma entidade cumpre as metas preconizadas no despacho, evidenciando, contudo, um valor que, pelo diferencial (42%), se conjectura não estar correto, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte;
- Uma entidade não cumpre as metas definidas no despacho, sendo que, a sua percentagem indicia uma possível incongruência no processo de reporte da informação.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Uma entidade regista uma redução dos valores de consumos de gás, ostentando, contudo, uma percentagem que, dada a sua ordem de grandeza, indicia alguma irregularidade no processo de reporte;
- Duas entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de gás, contudo, ambas registam percentagens que indiciam possíveis incongruências no processo de reporte da informação.

7.3.3 Consumo de Água

Monitorização dos Consumos de Água - ADM do SNS	Consumo de Água - 2011	Consumo de Água - 1ºT 2016	Consumo de Água - 1ºT 2017	Evolução consumo 1º T 2016-2017	Consumo Acumulado Face a 2011	
	(m³/ano)	(m³/trimestre)	(m³/trimestre)	%	%	
ARS LVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	54.863,59	1.361,81	1.224,22	90%	9%	●
IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	9.183,00	839,41	955,01	114%	42%	●
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	4.101,01	629,53	632,20	100%	62%	●
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	5.493,00	1.418,24	1.001,75	71%	73%	●
Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.	26.754,00	0,00	5.235,45	--	78%	●
Direcção-Geral da Saúde	1.174,00	114,00	327,65	287%	112%	●
ARS Algarve - Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	1.759,00	532,00	69.339,31	13034%	15768%	●
SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	0,00	479,11	85,75	18%	--	a)
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	0,00	592,24	1.128,67	191%	--	a)
ARS Centro - Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.	0,00	0,00	1.342,24	--	--	a)
INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.	21.692,00	1.733,00	0,00	--	--	a)
Inspeção-Geral das Actividades em Saúde	1.363,00	0,00	0,00	--	--	a)
ARS Alentejo - Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
Secretaria-Geral do Ministério da Saúde	0,00	0,00	0,00	--	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para o universo das entidades que reuniram condições para análise, constata-se o seguinte:

- Cinco entidades cumprem as metas preconizadas no despacho, sendo que, duas destas evidenciam valores que, pelo diferencial, se conjectura não estarem corretos, podendo tal situação resultar de irregularidades no processo de reporte;
- Duas entidades não cumprem as metas definidas no despacho, contudo, numa destas, a sua ordem de grandeza (15768%) indicia uma incongruência no processo de reporte da informação ou alguma situação anómala que não nos foi reportada.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para o universo das entidades que reuniram condições para análise, observa-se que:

- Três entidades registam uma redução dos valores de consumo de água, sendo que, uma destas, evidencia um valor que, pelo diferencial, se conjectura não estar correto, podendo tal situação resultar de uma irregularidade no processo de reporte;
- Uma entidade manteve, aproximadamente, os consumos de água face ao período homólogo de 2016;
- Quatro entidades evidenciam um aumento dos valores de consumo de água, pese embora duas ostentem percentagens que indiciam incongruências no processo de reporte.

7.3.4 Produção de Resíduos

Monitorização da Produção de Resíduos - ADM do SNS	Produção de Resíduos - 2011	Produção Resíduos - 1ºT 2016	Produção Resíduos - 1ºT 2017	Evolução produção 1º T 2016-2017	Produção Acumulada Face a 2011	
	(ton/ano)	(ton/trimestre)	(ton/trimestre)	%	%	
IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.	140.432,90	26,03	4,71	18%	0,01%	●
Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.	0,00	0,00	8,42	--	--	a)
ARS Algarve - Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.	0,00	1,53	0,00	--	--	a)
INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.	4,65	0,00	0,00	--	--	a)
ARS Alentejo - Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
ARS Centro - Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
ARS LVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
Secretaria-Geral do Ministério da Saúde	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
Inspeção-Geral das Actividades em Saúde	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
Direcção-Geral da Saúde	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências	0,00	0,00	0,00	--	--	a)
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	0,00	0,00	0,00	--	--	a)

a) Não foram recebidos todos os dados para produzir a informação de monitorização.

Relativamente ao referencial de 2011 e, para a única entidade que reuniu condições para análise, constata-se que esta registou uma diminuição da produção de resíduos, ostentando, no entanto, uma percentagem que, pela sua ordem de grandeza, indicia uma incongruência no processo de reporte da informação ou alguma situação anómala que não nos foi reportada.

No que respeita ao período homólogo de 2016, e para a única entidade que reuniu condições para análise, constata-se que esta registou uma diminuição da produção de resíduos, pese embora ostente uma percentagem que indicia uma incongruência no processo de reporte.

Reitera-se que a responsabilidade funcional pelo preenchimento e validação de toda a informação numérica é, à luz do Despacho n.º 4128/2017, de 3 de maio, do GLEC da entidade em análise.

8. Aferimento do Cumprimento de Metas

Pelos motivos já explanados neste relatório, os únicos dados de consumos e custos passíveis de serem alvo de monitorização, relativamente a 2011, ao nível das unidades hospitalares e agrupamentos de centros de saúde, são a energia elétrica e a água.

Na sequência do exposto no capítulo 5, subsistem ainda algumas dificuldades no processo de reporte de informação. Para verificação detalhada das entidades em falta neste 1.º T de 2017, solicita-se a leitura dos quadros apresentados no capítulo 7 deste documento. Em termos globais, apontam-se as seguintes **entidades em falta**:

Região de Saúde do Norte:

Sete unidades hospitalares:

- Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE;
- Centro Hospitalar de São João, EPE;
- Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE;
- Centro Hospitalar Póvoa de Varzim Vila do Conde, EPE;
- Hospital de Magalhães Lemos, EPE;
- Hospital Santa Maria Maior, EPE – Barcelos;
- Hospital de Braga (PPP).

Treze agrupamentos de centros de saúde:

- Agrupamento de Centros de Saúde Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso;
- Agrupamento de Centros de Saúde Cávado I – Braga;
- Agrupamento de Centros de Saúde Douro I - Marão e Douro Norte;
- Agrupamento de Centros de Saúde Douro II - Douro Sul;
- Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga I - Feira/Arouca;
- Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga II - Aveiro Norte;
- Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto I - Santo Tirso/Trofa;
- Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto III - Maia/Valongo;
- Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto IV - Póvoa do Varzim/Vila do Conde;
- Agrupamento de Centros de Saúde Grande Porto VI - Porto Orienta;
- Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega I - Baixo Tâmega;
- Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II - Vale do Sousa Sul;
- Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega III - Vale do Sousa Norte.

Região de Saúde do Centro:

Uma unidade hospitalar:

- Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE.

Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo:Três unidades hospitalares:

- Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE;
- Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE;
- Hospital de Vila Franca de Xira (PPP).

Região de Saúde do Alentejo:Uma unidade hospitalar:

- Hospital Espírito Santo, EPE.

Entidades da Administração Central e Periférica:

- ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, IP;
- ARS Alentejo - Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.;
- INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.;
- Secretaria-Geral do Ministério da Saúde;
- Inspeção-Geral das Atividades em Saúde e ADSE - Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P.¹

Tal como estipulado no Decreto-Lei n.º 7/2017, a dependência da ADSE (agora Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P) passará para o Ministério da Saúde. Como tal, e após completar os trâmites necessários à formação no Portal do PEBC & Eco.AP, a entidade passará a integrar futuros relatórios de monitorização trimestral a partir do 2.º T 2017, podendo carregar, nessa altura e retroativamente, os dados referentes ao trimestre em análise, neste relatório, no Portal do PEBC & Eco.AP.

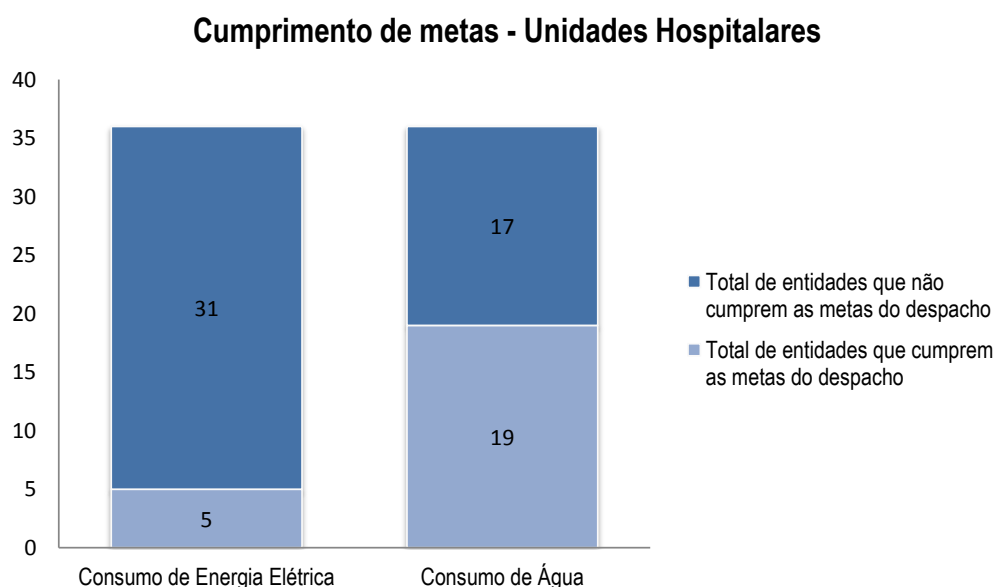
Tendo em conta o exposto, reitera-se que os resultados apresentados não incluem todas as entidades do MS.

¹ A ADSE e o IGAS encontram-se em fase de formação do Portal do PEBC & Eco.AP, conforme referido anteriormente no Sumário Executivo.

8.1 Aferição do cumprimento das metas de consumo

Dado que este relatório não contempla os quatro trimestres do ano, é através do cálculo de uma estimativa a partir dos valores reportados no 1.º Trimestre que se afere quanto ao cumprimento das metas do despacho SES. De tal modo, os valores referentes à evolução dos consumos não são vinculativos.

8.1.1 Unidades Hospitalares



Relativamente às unidades hospitalares que reuniram condições para serem analisadas e, no que respeita ao consumo de energia elétrica, 14% cumpriram as metas do Despacho SES e 47% apresentaram consumos menores do que em 2011, não alcançando, no entanto, os objetivos definidos naquele diploma.

No que respeita ao consumo de água, e para o mesmo domínio de análise da energia elétrica, 53% das entidades hospitalares cumpriram as metas do Despacho SES e 28% apresentaram consumos menores do que em 2011, não alcançando, no entanto, os objetivos definidos naquele diploma.

A tabela seguinte traduz a realidade de Portugal Continental, em termos de convergência com as metas de eficiência energética (energia elétrica) definidas pelo Despacho SES para o ano de 2017, comparativamente à referência cronológica de 2011, no domínio das unidades hospitalares:

Região de Saúde - Monitorização dos consumos de Energia Elétrica	Consumo 2011 de E.Elétrica (kWh/ano)	Custos 2011 em E.Elétrica (€/ano)	Consumo 2017 estimado de E.Elétrica (kWh/ano)	Custo 2017 estimado em E.Elétrica (€/ano)	Evolução dos custos	Evolução dos consumos	
I. Região de Saúde do Norte	74.031.824,34	8.515.195,69	79.469.452,26	13.150.292,40	154%	107%	●
II. Região de Saúde do Centro	61.215.749,64	5.405.023,91	60.065.702,83	8.330.840,40	154%	98%	●
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	113.098.790,20	12.324.697,32	108.289.819,96	15.734.931,16	128%	96%	●
IV. Região de Saúde do Alentejo	12.493.570,00	1.328.642,49	10.865.064,97	1.563.773,76	118%	87%	●
V. Região de Saúde do Algarve	12.672.813,00	1.475.503,41	13.091.485,09	2.004.119,92	136%	103%	●
Total Nacional	273.512.747,18	29.049.062,82	271.781.525,11	40.783.957,64	140%	99%	●

a)

a) b)

a) Devido à incorporação do Hospital de Alcobaça no CH Leiria, não nos foi possível obter o valor dos custos no ano de referência de 2011, para o CH Leiria e o CH Oeste, não tendo sido estas entidades contabilizadas na análise.

b) O Hospital Beatriz Ângelo entrou na análise da evolução dos custos, apesar de não ter feito parte na que diz respeito aos consumos, dado que apenas reportou informação relativa aos custos no ano de referência de 2011. Como o hospital apenas entrou em funcionamento no início de 2012, tal valor dos custos poderá não corresponder ao valor real do hospital em pleno funcionamento.

NOTA: Só são utilizados os valores das entidades que reportaram no 1.º T de 2017 e no ano de referência 2011.

No que respeita à convergência com as metas de eficiência hídrica definidas pelo Despacho SES, para o ano de 2017, comparativamente à referência cronológica de 2011, no domínio das unidades hospitalares, regista-se o seguinte cenário:

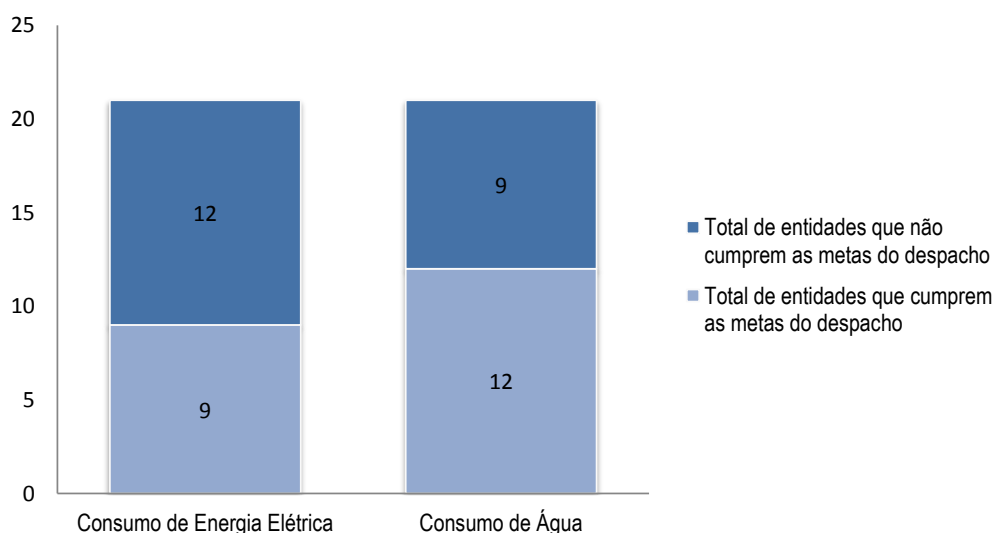
Região de Saúde - Monitorização dos consumos de Água	Consumo 2011 de Água (m³/ano)	Custos 2011 em Água (€/ano)	Consumo 2017 estimado de Água (m³/ano)	Custo 2017 estimado em Água (€/ano)	Evolução dos custos	Evolução dos consumos
I. Região de Saúde do Norte	905.518,53	3.083.533,40	838.249,13	3.031.914,88	98%	93%
II. Região de Saúde do Centro	820.713,08	2.222.532,21	880.836,07	2.625.294,72	118%	107%
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	2.041.704,23	4.361.408,76	1.585.685,75	5.962.072,92	137%	78%
IV. Região de Saúde do Alentejo	118.029,00	308.952,72	75.734,16	343.325,92	111%	64%
V. Região de Saúde do Algarve	177.537,00	942.199,40	154.547,40	960.375,12	102%	87%
Total Nacional	4.063.501,84	10.918.626,49	3.535.052,52	12.922.983,56	118%	87%

a) Devido à incorporação do Hospital de Alcobaça no CH Leiria, não nos foi possível obter o valor dos custos do ano de referência de 2011, para o CH Leiria e o CH Oeste, não tendo sido estas entidades contabilizadas.

NOTA: Só são utilizados os valores das entidades que reportaram no 1.º T de 2017 e no ano de referência 2011.

8.1.1 Agrupamentos de Centros de Saúde

Cumprimento de metas - Agrupamentos de Centro de Saúde



No que concerne aos agrupamentos de centros de saúde que reuniram condições para serem analisados e, no que respeita ao consumo de energia elétrica, 43% cumpriram as metas do Despacho SES e 19% apresentaram consumos menores do que em 2011, não alcançando, no entanto, os objetivos definidos naquele diploma.

No que respeita ao consumo de água e para o mesmo domínio de análise da energia elétrica, 57% dos agrupamentos de centros de saúde cumpriram as metas do Despacho SES.

A tabela seguinte traduz a realidade de Portugal Continental, em termos de convergência com as metas de eficiência energética (energia elétrica) definidas pelo Despacho SES para o corrente ano, comparativamente à referência cronológica de 2011, no domínio dos ACES:

Região de Saúde - Monitorização dos consumos de Energia Elétrica	Consumo 2011 de E.Elétrica (kWh/ano)	Custos 2011 em E.Elétrica (€/ano)	Consumo 2017 estimado de E.Elétrica (kWh/ano)	Custo 2017 estimado em E.Elétrica (€/ano)	Evolução dos Custos	Evolução dos Consumos	
I. Região de Saúde do Norte	11.655.053,44	1.712.120,65	7.616.098,74	1.470.817,96	86%	65%	● a)
II. Região de Saúde do Centro	12.647.084,56	931.171,35	23.520.083,22	2.346.046,32	252%	186%	● b)
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo							
IV. Região de Saúde do Alentejo	4.985.940,80	626.248,69	4.377.070,47	699.399,00	112%	88%	● c)
V. Região de Saúde do Algarve	4.138.726,00	574.187,79	3.425.377,98	608.959,36	106%	83%	●
Total Nacional	33.426.804,80	3.843.728,48	38.938.630,41	5.125.222,64	133%	116%	●

a) O ACES de Gondomar entrou na análise da evolução dos custos, apesar de não ter feito parte na que diz respeito aos consumos, dado que apenas reportou informação relativamente aos custos no ano de referência de 2011

b) O ACES de Cova da Beira entrou na análise da evolução dos custos, apesar de não ter feito parte na que diz respeito aos consumos, dado que apenas reportou informação relativamente aos custos no ano de referência de 2011

c) ACES da ULS Norte Alentejano não contabilizado na evolução dos custos devido à inexistência de valores associados aos custos para o ano de referência de 2011.

NOTA: Valores relacionados com a ARS LVT não são contabilizados na análise gráfica, dado não terem sido enviados para análise os consumos do ano de referência 2011. Só são utilizados os valores das entidades que reportaram no 1.º T de 2017 e no ano de referência 2011.

No que respeita à convergência com as metas de eficiência hídrica definidas pelo Despacho SES para o corrente ano, comparativamente à referência cronológica de 2011, no domínio dos ACES, regista-se o seguinte cenário:

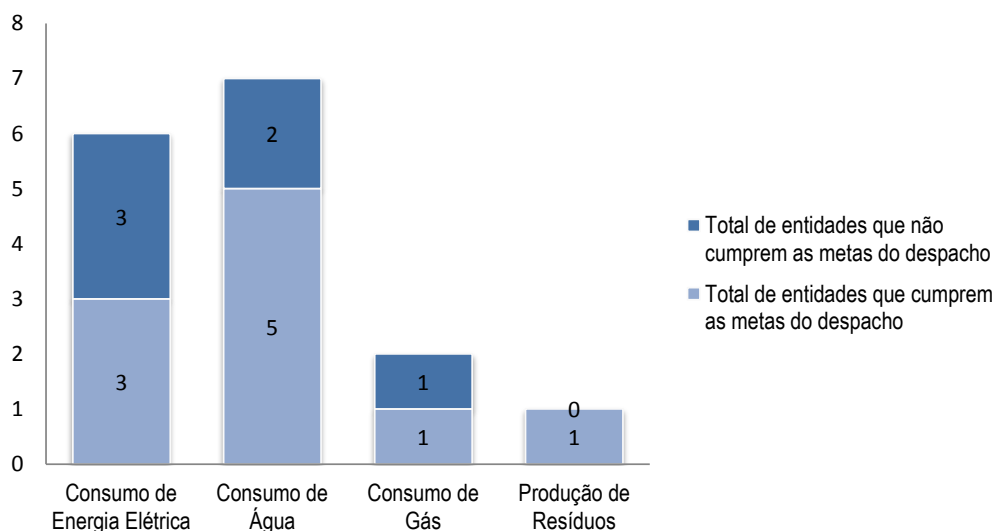
Região de Saúde - Monitorização dos consumos de Água	Consumo 2011 de Água (m3/ano)	Custo 2011 com Água (€/ano)	Consumo 2017 estimado de Água (m3/ano)	Custo 2017 estimado com Água (€/ano)	Evolução dos Custos	Evolução dos Consumos	
I. Região de Saúde do Norte	70.725,87	194.084,12	48.563,05	183.825,32	95%	69%	●
II. Região de Saúde do Centro	82.810,40	211.639,10	67.492,25	269.400,52	127%	82%	●
III. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo							
IV. Região de Saúde do Alentejo	32.660,70	49.232,22	112.152,71	56.485,76	115%	343%	● a)
V. Região de Saúde do Algarve	48.732,00	149.500,44	45.236,44	167.003,76	112%	93%	●
Total Nacional	234.928,97	604.455,88	273.444,45	676.715,36	112%	116%	●

a) O ACES da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EP não foi contabilizado na análise dado não termos informação relativa aos custos do ano de referência 2011

NOTA: Valores relacionados com a ARS LVT não são contabilizados na análise gráfica, dado não terem sido enviados para análise os consumos do ano de referência 2011. Só são utilizados os valores das entidades que reportaram no 1.º T de 2017 e no ano de referência 2011.

8.1.2 Administração Central e Periférica

Cumprimento de metas - Administração Central Periférica



No domínio das entidades da administração central e periférica que reuniram as condições para serem analisadas e, no que respeita ao consumo de energia elétrica, 50% cumpriram as metas do Despacho SES e 33% apresentaram consumos menores do que em 2011, não alcançando, no entanto, os objetivos definidos naquele diploma

No que respeita ao consumo de água, e para o mesmo domínio de análise da energia elétrica, 71% das entidades do ACP cumpriram as metas do Despacho SES

No que concerne ao consumo de gás e para o mesmo domínio da análise às duas anteriores *utilities*, 50% cumpriram as metas do Despacho SES.

Por último, para a única entidade que reuniu condições para análise no que se refere à produção de resíduos, esta cumpriu as metas preconizadas no referido diploma.

A tabela seguinte traduz a realidade de Portugal Continental, em termos de convergência com as metas de eficiência energética (energia elétrica) definidas pelo Despacho SES para o ano de 2017, comparativamente à referência cronológica de 2011, no domínio das entidades da Administração Central e Periférica do Ministério da Saúde:

Administração Central e Periférica - Monitorização dos consumos de Energia Elétrica	Consumo 2011 de E.Elétrica (kWh/ano)	Custos 2011 em E.Elétrica (€/ano)	Consumo 2017 estimado de E.Elétrica (kWh/ano)	Custo 2017 estimado em E.Elétrica (€/ano)	Evolução dos Custos	Evolução dos Consumos
Total Nacional	17.883.674,67	1.356.133,69	5.514.392,55	1.460.988,08	108%	31% ●

a) O Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. entrou na análise da evolução dos custos, apesar de não ter feito parte na que diz respeito aos consumos, dado que apenas reportou informação relativamente aos custos no ano de referência de 2011

NOTA: Só são utilizados os valores das entidades que reportaram no 1.º T de 2017 e no ano de referência 2011.

No que respeita à convergência com as metas de eficiência hídrica definidas pelo Despacho SES para o ano de 2017, comparativamente à referência cronológica de 2011, no domínio das entidades da Administração Central e Periférica do Ministério da Saúde, verifica-se o seguinte cenário:

Administração Central e Periférica - Monitorização dos consumos de Água	Consumo 2011 de Água (m³/ano)	Custo 2011 com Água (€/ano)	Consumo 2017 estimado de Água (m³/ano)	Custo 2017 estimado de Água (€/ano)	Evolução dos Custos	Evolução dos Consumos
Total Nacional	103.327,60	163.444,44	314.862,35	208.341,00	127%	305% 

NOTA: Só são utilizados os valores das entidades que reportaram em todos os trimestres de 2017 e no ano de referência 2011.

No que concerne à convergência com as metas de eficiência energética (gás) definidas pelo Despacho SES para o ano de 2017, comparativamente à referência cronológica de 2011, no domínio das entidades da Administração Central e Periférica do Ministério da Saúde, verifica-se o seguinte cenário:

Administração Central e Periférica - Monitorização dos consumos de Gás	Consumo 2011 de Gás (kWh/ano)	Custos 2011 em Gás (€/ano)	Consumo 2017 estimado de Gás (kWh/ano)	Custo 2017 estimado em Gás (€/ano)	Evolução dos Custos	Evolução dos Consumos
Total Nacional	692.028,00	189.267,03	2.839.642,27	419.460,36	222%	410% 

a) O Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. entrou na análise da evolução dos custos, apesar de não ter feito parte na que diz respeito aos consumos, dado que apenas reportou informação relativamente aos custos no ano de referência de 2011

b) A entidade ACP da ARS Algarve entrou na análise da evolução dos custos, apesar de não ter feito parte na que diz respeito aos consumos, dado que apenas reportou informação relativamente aos custos no ano de referência de 2011

NOTA: Só são utilizados os valores das entidades que reportaram em todos os trimestres de 2017 e no ano de referência 2011.

No que respeita à convergência com as metas de redução da produção de resíduos definidas pelo Despacho SES para o ano de 2017, comparativamente à referência cronológica de 2011, no domínio das entidades da Administração Central e Periférica do Ministério da Saúde, verifica-se o seguinte cenário:

Administração Central e Periférica - Monitorização da Produção de Resíduos	Produção 2011 de Resíduos (ton/ano)	Custo 2011 com Resíduos (€/ano)	Produção 2017 estimado de Resíduos (ton/ano)	Custo 2017 estimado com Resíduos (€/ano)	Evolução dos Custos	Evolução dos Consumos
Total Nacional	140.432,90	89.558,87	18,86	14.947,68	17%	0,01% 

NOTA: Só são utilizados os valores das entidades que reportaram em todos os trimestres de 2017 e no ano de referência 2011.

8.2 Análise do Comportamento da Evolução das Grandezas Físicas vs Respetivos Custos

Analisadas as tabelas que mimetizam os valores de Portugal Continental, explanadas no ponto anterior, existe uma aparente incongruência entre a evolução do consumo de energia elétrica (kWh) e o respetivo custo associado, i.e. o abaixamento do consumo associado é acompanhado de um aumento no respetivo custo da eletricidade.

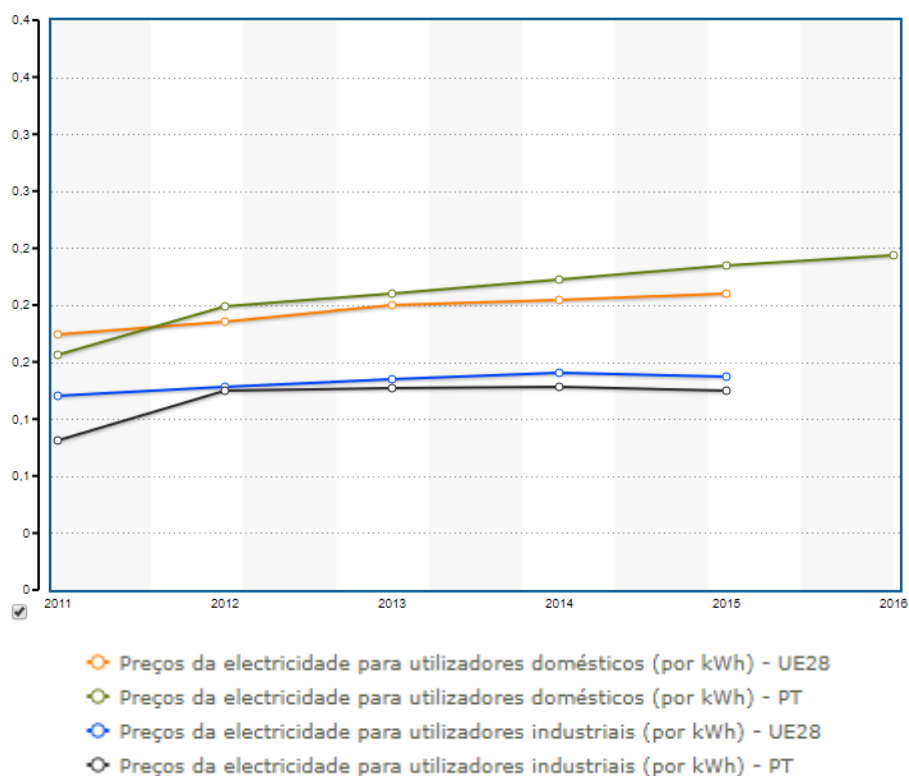
A implementação e consequente vigência do PEBC & Eco.AP, entre 2011 e 2015, coincidiu com a fase de liberalização do setor de comercialização de energia elétrica, faseada de acordo com a diferenciação ao nível de tensão elétrica de alimentação (Baixa Tensão [BT-N e BT-E], Média Tensão [MT], Alta Tensão [AT] e Muito Alta Tensão [MAT]), e que ocorreu entre estas datas, com uma diferenciação progressiva do tarifário entre o mercado regulado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e o mercado de energia elétrica não regulado, de acordo com os níveis de tensão acima referenciados.

A somar a este cenário, gerador, *per si*, de alguma variação, o aumento registado ao nível do preço da energia elétrica (a título meramente indicativo, atente-se ao gráfico apresentado neste ponto, incidente nos domínios residencial e industrial, numa ótica de perceção da evolução do preço da energia elétrica neste contexto, com a pertinente extrapolação para o sector dos serviços), veio desencadear, entre 2011 e 2012, um acréscimo substancial no custo final do kWh, com a tendência nos anos seguintes a pautar-se igualmente pela manutenção de um comportamento inflacionado, ainda que com uma evolução menos acentuada. Pese embora essa tendência ter sido parcialmente atenuada, a partir de 2013, com a compra centralizada de energia elétrica, por parte do Ministério da Saúde, os efeitos desse aumento não puderam ser mitigados na plenitude.

Como mero aparte, o tarifário é elaborado com base na atividade, nos termos fixos relacionados com a utilização da rede de transporte e de distribuição de energia elétrica (sectores que, pela sua natureza técnica, são regulados), pelo nível de potência elétrica, de acordo com um algoritmo dependente do horário e período de consumo associado, e obviamente dependendo do termo de energia consumido.

Some-se o cenário de incerteza internacional no custo do gás natural e do carvão, que contribuem, como fontes de energia primária, para uma elevada percentagem da energia elétrica que é consumida em Portugal Continental (custo balanceado com a produção em grandes centrais hidroelétricas e produção eólica, essencialmente), e constata-se que o preço final da energia elétrica depende de um conjunto de fatores, em grande parte fora do controlo de políticas energéticas nacionais que visem diretamente a redução do preço da energia elétrica, e que podem contrariar, em maior ou menor grau, o comportamento favorável da redução do consumo de energia elétrica por parte de algumas das entidades do Ministério da Saúde, como ilustrado neste RMT, em termos do que seria expetável, com os custos a diminuírem na mesma razão, proporcionalmente.

Preços da eletricidade para utilizadores domésticos e industriais (Euro/ECU)

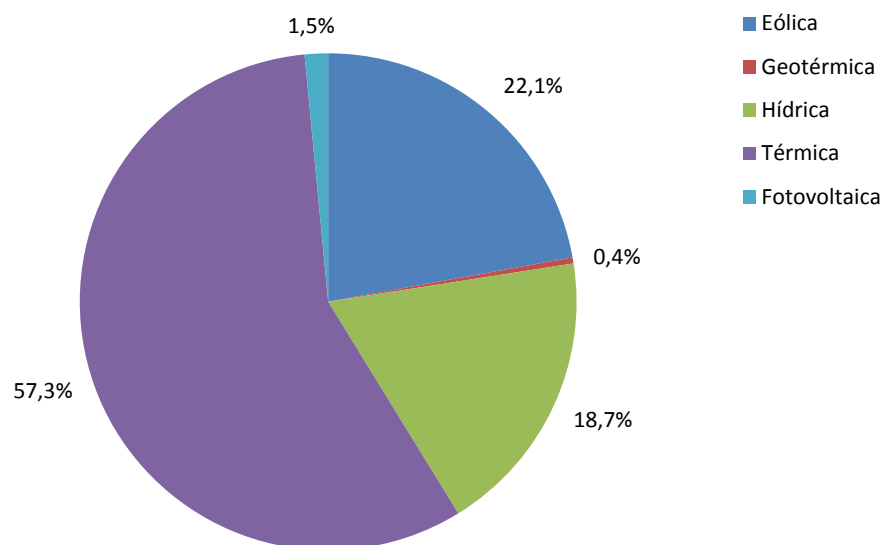


Fontes de Dados: Eurostat | Institutos Nacionais de Estatística | Ministérios | Agências de Energia | Companhias de Electricidade (em caso de monopólios)

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2016-09-16

Produção de Eletricidade por Fonte de Energia Primária [%] - 2015



Fontes de Dados: DGEG/MEC

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2017-01-09

9. Conclusões

Com base no anteriormente exposto, retiram-se as seguintes conclusões:

Em termos de entidades de **agrupamentos de centros de saúde** e, no que concerne aos dados de consumos de energia elétrica, gás, água e produção de resíduos, 76% enviaram elementos neste trimestre, registando assim, uma diminuição de 2% da taxa de reporte face ao 4.º T de 2016. As entidades onde a omissão de reporte de informação é mais notada, são as pertencentes ao domínio geográfico e funcional da ARS Norte. É possível concluir que, no que respeita aos consumos de energia elétrica e de água, e reforçando o já mencionado no ponto 8.1, 43% das entidades analisadas estão a cumprir as metas do Despacho SES em termos de consumo de energia elétrica, e 57% das entidades cumprem, igualmente, no que respeita ao consumo de água. No que se refere aos dados de implementação de medidas, somente 17% reportou informação no 1.º T de 2017. Dado o baixo índice de reporte, pode concluir-se que a grande maioria destas entidades continua a não demonstrar empenho no reporte de medidas de eficiência energética, hídrica e da produção de resíduos das instituições sob sua responsabilidade, ou então, de momento, não tem a possibilidade de implementar mais medidas.

No que respeita às **entidades hospitalares** e, relativamente aos dados de consumos de energia elétrica, gás, água e produção de resíduos, 78% enviaram elementos neste trimestre, o que constitui um aumento de 2% perante a situação de reporte do 4.º T de 2016. É possível concluir que, no que concerne aos consumos de energia elétrica e de água, e reforçando o já mencionado no ponto 8.1, 14% das entidades analisadas estão a cumprir as metas do Despacho SES em termos de consumo de energia elétrica, e 53% das entidades cumprem, igualmente, no que respeita ao consumo de água. Do conjunto das entidades que não estão a cumprir as metas, verifica-se que 47% conseguiu reduzir, em 2017, os consumos de energia elétrica comparativamente com os consumos em 2011, e 28% conseguiu reduzir o consumo de água face a 2011. Relativamente à informação sobre implementação de medidas, no 4.º T de 2016, 22% das entidades hospitalares procederam ao respetivo reporte.

No que toca às entidades da **Administração Central e Periférica do MS** e, no contexto dos dados de consumos de energia elétrica, gás, água e produção de resíduos, 67% enviaram elementos neste trimestre, diminuindo assim, a taxa de reporte face ao 4.º T de 2016. É possível concluir que, no que respeita aos consumos de energia elétrica e de água, e reforçando o já mencionado no ponto 8.1, 50% das entidades analisadas estão a cumprir as metas do Despacho SES em termos de consumo de energia elétrica, 71% das entidades cumprem, igualmente, no que respeita ao consumo de água, 50% das entidades também cumprem no que concerne ao consumo de gás e, por último, 100% das entidades estão a cumprir as metas definidas no Despacho SES em termos de produção de resíduos. No contexto das medidas implementadas no 1.º T de 2017, 7% das entidades da Administração Central e Periférica do MS procedeu ao respetivo reporte.

A aferição do progresso relativamente às metas europeias “20-20-20” (definidas a partir do *baseline* 2007 por aplicação do PRIMES da Comissão Europeia), concretizadas para a Administração Pública através do Programa Eco.AP, depende de um reporte de variáveis de consumo/produção fidedignas, reportadas *on due time* e englobando, idealmente, a totalidade das entidades a monitorizar. Só assim se poderá chegar a resultados fiáveis e conclusivos. A atividade da equipa de acompanhamento do PEBC & Eco.AP ao nível do MS, na ACSS, tem-se deparado com os seguintes obstáculos ao correto processo de monitorização e controlo destes Programas:

Pelos motivos já explanados neste relatório, os únicos dados de consumos e custos passíveis de serem alvo de monitorização, relativamente a 2011, ao nível das unidades hospitalares e agrupamentos de centro de saúde, são a energia elétrica e a água;

Apesar de se ter aumentado os prazos de reporte de informação para as entidades do MS, com a publicação do Despacho SES n.º 8264/2014, de 25 de junho, ainda existe um número assinalável de casos de não cumprimento dos mesmos. As entidades em falta encontram-se indicadas no capítulo 8;

Existem dados que ostentam uma variação, relativamente ao ano de referência, que indicia uma incongruência no reporte da informação. Apesar de a ACSS ter já acesso, via entidades e respetivas regiões de saúde, às causas de algumas dessas discrepâncias, a maior parte ainda se desconhece a sua causa, podendo estas estar relacionadas com erros no processo de reporte ou, até, com uma mudança no paradigma de consumo de *utilities* e produção de resíduos;

“A equipa do PEBC & Eco.AP da ACSS, I.P.”

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE, IP
Parque de Saúde de Lisboa | Edifício 16, Avenida do Brasil, 53
1700-063 LISBOA | Portugal
Tel Geral (+) 351 21 792 58 00 Fax (+) 351 21 792 58 48



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

SAÚDE

WWW.ACSS.MIN-SAÚDE.PT